



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

EDITAL Nº 001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

SÍNTESE DO CERTAME	
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, abrangendo o fornecimento integral de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços.	
Regência	Lei nº 14.133/2021
Natureza do objeto	Serviços Continuado – limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de mão de obra exclusiva.
Início da Sessão Eletrônica: 09/02/2026 às 09h30min	
Sistema Eletrônico Utilizado: FIORILLI	
Endereço Eletrônico: https://scpi.assis.sp.gov.br:8079/compraseditala/	
Endereço para retirada do Edital: https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/pregao/	
Valor Global Estimado	Item 12.1. do Termo de Referência
Origem dos Recursos	Próprio
Participação - MEI / ME / EPP	Licitação de Ampla Participação.
Modo de disputa	Aberto
Critério de julgamento	Menor preço global
Dotação orçamentária	Item 12.3.1. do Termo de Referência
Instrumento contratual	Termo de Contrato + Empenho
INFORMAÇÕES	
Pregoeira: Camila Manfio S. De P. Souza	e-mail: licitacao2@fema.edu.br
Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 1.200 – Vila Nova Santana, Assis/SP (CEP: 19807-130)	

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS E HABILITAÇÃO.....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS	20
9. DO CONTRATO	21
11. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	26
12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES	27
13. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD	27
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	28
15. DOS ANEXOS	29
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	31
ANEXO I – A - formulário de avaliação dos serviços (instrumento de medição de resultados - IMR)	85
ANEXO I-B - Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial	94
ANEXO I-C - Formulário De Ocorrências Para Manutenção – Exemplo.....	96
ANEXO II - MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA.....	98
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS.....	101
ANEXO III-A - ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA (FACULTATIVO).....	104
ANEXO III-B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES.....	106
ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.....	107
ANEXO V – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO	139

EDITAL Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

A FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 51.501.559/0001-36, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.200 – Vila Nova Santana, no município de Assis, Estado de São Paulo (19.807-130), por intermédio de seu Diretor Executivo, Senhor Gustavo Gomes Silva, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, que será regido pela Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 09 (nove) de fevereiro de 2026

Horário: 09h30min (horário de Brasília-DF)

Sistema Eletrônico Utilizado: FIORILLI

Endereço Eletrônico: <https://scpi.assis.sp.gov.br:8079/compraseditala/>

Licitação ampla participação Modo de disputa: Aberto

Critério de julgamento: Menor preço global

Link para retirada do Edital: <https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/pregao/>

Origem dos recursos: Próprio

A licitação será dirigida pelo Pregoeiro Oficial da FEMA auxiliada pelas equipes de apoio designadas pela Portaria nº 089/2026, que dispõe sobre a designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a *Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, abrangendo o fornecimento integral de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, conforme condições, especificações técnicas, rotinas, frequências e*

quantitativos estabelecidos no Documento de Formalização de Demanda – DFD e Anexo I – Termo de Referência.

1.2. A contratação é destinada a prestação de serviços na forma continuada para limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de mão de obra exclusiva.

1.3. A despesa total da contratação, estimada para 12 (doze) meses, encontra-se estabelecido no item 12.3.1. do Anexo I – Termo de Referência.

1.4. O julgamento será pelo critério de menor preço global.

1.5. O regime de execução será conforme estabelecido no item 3.3. do Anexo I – Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão empresas do ramo compatível com o objeto do certame, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.7. Além de cooperativa, de pessoa física e de empresa não pertencente ao ramo de atuação, não poderá disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às especificações deste edital e seus anexos;

2.7.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.3. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do (s) órgão (ãos) ou entidade (s) contratante(s) ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP;

2.7.9. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS E HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O modelo de declaração conjunta (Anexo III deste edital) oferece maior detalhamento das declarações que deverão ser apresentadas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o

disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. O percentual de desconto interior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Preços mensal e anual do item, conforme a Planilha de Preços sugerida no Anexo II – Modelo de Proposta. Os valores devem corresponder ao período de duração do contrato e ser expressos em moeda corrente nacional, com apenas duas casas decimais após a vírgula. O cálculo deve considerar a data de apresentação da proposta, sem incluir encargos financeiros ou previsões inflacionárias. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos, como por exemplo: transportes, fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

4.1.2. O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá corresponder aos preços finais, considerados benefícios tais como isenções, imunidades ou outros de qualquer natureza;

- 4.1.3.** O serviço ofertado deverá atender, sob as penas da lei, a todas as especificações exigidas nos Termos de Referência - Anexo I deste Edital.
- 4.2.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.3.** Descrição do objeto, contendo as informações equivalentes à especificação do Termo de Referência.
- 4.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.6.** Prazo de execução dos serviços que se acha disposto no Termo de Referência e na minuta de contrato.
- 4.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.8.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.9.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.10.** A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.
- 4.11.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.7.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.
- 5.8.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.9.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.
- 5.10.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.11.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.12.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, conforme tabela abaixo, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço global do item.

ITEM	REDUÇÃO
1	R\$ 500,00

- 5.13.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance

inconsistente ou inexecutável.

5.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) Pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.21. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.22. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.23. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.24. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.25. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir

por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.26. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.27. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.28. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.29. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.30. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.31. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.32. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.33. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.33.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.33.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.33.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.33.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.34. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.34.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.34.2. Empresas brasileiras;

5.34.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.34.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.35. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.36. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.37. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.38. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.39. O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, NO PRAZO DE 2 (DUAS) HORAS, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.40. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.41. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.42. Para efeito de contratação, a readequação da proposta deverá ser feita de forma proporcional, aplicando-se linearmente o percentual final de desconto nos itens que compõem o lote.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 e seguintes do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- e,**
- c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também

de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) Pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo [29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.10.1. Contiver vícios insanáveis;

6.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração:

a) A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do (a) Pregoeiro (a), que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi (ram) utilizado (s) o (s) seguinte (s) acordo (s), dissídio (s) ou convenção (ões) coletiva (s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.14.1. *Convenção Coletiva 2026, firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de São Paulo (SEAC) e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo (SIEMACO), sendo que quando a convenção coletiva for atualizada, a mesma irá substituir a utilizada no presente certame.*

6.14.2. *O (s) sindicato (s) e instrumento (s) coletivo (s) indicado (s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do (s) sindicato (s) e instrumento (s) coletivo (s) adequado (s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.*

6.15. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade ([art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública ([art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.16. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no [inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.17. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

6.18. O licitante vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo (s) coletivo (s), convenção (ões) coletiva (s) ou sentença (s) normativa (s) que regem a (s) categoria (s) profissional (is) que executará (ão) o serviço e a (s) respectiva (s) data (s)-base (s) e vigência (s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.19. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.20. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, do [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#), o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para a adjudicação do objeto e a homologação da licitação.

6.21. Nesta licitação não será admitida proposta parcial para o lote.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no item 17 do Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser anexados no portal de compras <https://scpi.assis.sp.gov.br:8079/compraseditala/> mediante a solicitação de chave de acesso.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais

no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo (a) Pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do (a) Pregoeiro (a).

7.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/2021, art. 64](#)):

7.18.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da

abertura do certame;

7.18.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#), sendo concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/pregao/>.

9. DO CONTRATO

9.1. As obrigações decorrentes desta licitação constarão de termo de contrato a ser firmado pela FEMA, com a vencedora do certame, do qual é anexada minuta que integra o presente edital.

9.2. O Termo de Contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses contados de sua formalização, podendo ser prorrogado, sucessivamente, até o limite definido no [art. 107 da Lei nº 14.133/2021](#), desde que:

9.2.1. Os serviços tenham sido prestados satisfatoriamente;

9.2.2. Que seja mantida a vantajosidade do preço contratado, por ateste da autoridade

competente;

9.3. A não prorrogação do prazo da vigência contratual por conveniência da Contratante não gerará ao Contratado direito a qualquer espécie de indenização.

9.4. O contrato inicial deverá ser assinado pela adjudicatária no prazo de 05 (cinco) dias contados de sua convocação para o ato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

a) O prazo aqui previsto poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e desde que aceita pelo órgão contratante.

9.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do instrumento, a Administração contratante poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

9.6. A FEMA será a responsável pela formalização, publicidade e gestão de seu contrato, e será subscrito pela Autoridade Superior ou por servidor possuidor de autoridade para o exercício desse ato.

9.7. O contrato obedecerá ao modelo em forma de anexo ao edital e que será ajustado na fase de sua formalização.

9.8. Colhidas as assinaturas, a Administração contratante deverá providenciar a imediata publicação da Ata, conforme exigência legal, devendo referido contrato permanecer disponibilizado no site do órgão contratante enquanto vigor, além da plataforma governamental Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

9.9. Se, por ocasião da formalização contratual, a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista estiver com os prazos de validade vencidos, o órgão contratante certificará a regularidade e anexará os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

a) se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade mediante a apresentação da respectiva documentação, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9.10. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal e trabalhista tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura da Ata, a regularidade fiscal e trabalhista, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.11. O Contratado se obriga em manter, durante toda a execução do ajuste, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso das contratações, algum documento perder a validade.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo (a) pregoeiro (a) durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. Praticar ato fraudulento

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% até 15% do valor contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30%.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou tenuidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão

composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao2@fema.edu.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá

ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

12.1. Remissão ao Termo de Referência e à Minuta do Contrato. As disposições encontram-se estabelecidas em cláusulas específicas constantes do Anexo I – Termo de Referência, Minuta do Contrato e do Documento de Formalização da Demanda, os quais integram o presente instrumento para todos os fins legais.

13. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração contratante deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento

dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico

<https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/pregao/>.

15. DOS ANEXOS

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos legais, os seguintes anexos, que constituem parte indissociável do instrumento convocatório e vinculam os licitantes:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo I-A - Formulário de Avaliação dos Serviços (Instrumento de Medição de Resultados - IMR);

Anexo I-B - Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial;

Anexo I-C - Formulário de Ocorrências para Manutenção

Anexo II – Modelo Sugerido de Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo de Declaração Conjunta;

Anexo III-A – Atestado de Vistoria (facultativo);

Anexo III-B – Modelo de Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições;

Anexo IV – Minuta do Termo de Contrato;

Anexo V – Modelo de Planilha de Composição de Custos.

15.12. Também integram este Edital, para todos os fins e efeitos, o Documento de Formalização da Demanda e o Estudo Técnico Preliminar, elaborados em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, servindo de fundamento técnico e jurídico para a presente contratação.

Assis, 26 de janeiro de 2026.

Gustavo Gomes Silva
Diretor Executivo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, abrangendo o fornecimento integral de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, conforme condições, especificações técnicas, rotinas, frequências e quantitativos estabelecidos no Documento de Formalização de Demanda – DFD e neste Termo.

1.2. A prestação dos serviços compreenderá a higienização, conservação e apoio operacional em todas as áreas internas e externas do campus da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA.

1.3. Os serviços deverão ser executados conforme os parâmetros técnicos estabelecidos pelo CadTerc – Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados do Estado de São Paulo, adotado pela FEMA como referência para definição de rotinas de limpeza, frequências operacionais, dimensionamento da mão de obra e métodos de higienização, observando integralmente as normas sanitárias, trabalhistas, ambientais e de segurança vigentes.

1.4. O Documento de Formalização de Demanda – DFD, elaborado pela Seção de Serviços Gerais, constitui parte integrante deste Termo de Referência para todos os fins, independentemente de sua transcrição parcial ou total, abrangendo:

- a.** a caracterização dos ambientes atendidos;
- b.** as especificações técnicas de execução;
- c.** as rotinas operacionais previstas no CadTerc;
- d.** o dimensionamento preliminar das atividades;
- e.** as justificativas da necessidade da contratação.

1.4.1. O DFD será considerado parte integrante e complementar deste Termo de

Referência, ainda que não transcrito, prevalecendo suas informações sempre que se tratar de detalhamento técnico dos ambientes ou das rotinas descritas.

1.4.2. Em caso de divergência entre este Termo de Referência e o DFD, prevalecerá o disposto neste TR, sem prejuízo da utilização do DFD como documento de apoio técnico para interpretação das condições de execução.

1.4.3. O DFD deverá ser disponibilizado como anexo ao edital, compondo o processo administrativo e orientando as licitantes quanto aos parâmetros técnicos e ambientais do serviço a ser executado.

1.4.4. A incorporação do DFD a este Termo de Referência reforça sua relevância como instrumento essencial de planejamento e execução, assegurando precisão técnica, transparência administrativa e clareza às licitantes quanto às condições e exigências do objeto contratado.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. As justificativas para a presente contratação encontram-se detalhadas no Documento de Formalização de Demanda – DFD, apresentado pela Seção de Serviços Gerais, e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que analisou de forma abrangente a necessidade institucional, os requisitos operacionais, os parâmetros técnicos e os impactos da não contratação dos serviços.

2.2. A contratação de serviços continuados de limpeza e conservação predial é essencial para assegurar condições adequadas de higiene, salubridade, segurança e conforto aos usuários das instalações da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. A interrupção ou insuficiência desses serviços comprometeria diretamente a manutenção das atividades acadêmicas, administrativas e assistenciais, podendo acarretar riscos sanitários, impactos negativos na rotina institucional e prejuízos à imagem da Fundação.

2.3. A terceirização mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração, considerando que a FEMA não dispõe em seu quadro funcional de profissionais com a qualificação técnica, experiência e quantitativo necessários para a execução direta das atividades de limpeza, as quais exigem:

- I - mão de obra dedicada e treinada;

- II - supervisão operacional especializada;
- III - rotinas específicas conforme tipo de ambiente;
- IV - fornecimento contínuo de saneantes, materiais e equipamentos;
- V - atendimento simultâneo a múltiplas unidades, inclusive de saúde.

2.4. A contratação conjunta de mão de obra, materiais, saneantes domissanitários e equipamentos é respaldada pelo DFD e pelo ETP, uma vez que:

- a. empresas especializadas adquirem insumos com economia de escala superior à da Administração;
- b. a gestão centralizada evita interrupções por falta de materiais;
- c. há redução de riscos operacionais e otimização da supervisão;
- d. há padronização de procedimentos e melhoria da qualidade da prestação do serviço;
- e. elimina-se a necessidade de estoque, controle e reposição de insumos pela Contratante.

2.5. Os serviços deverão obedecer rigorosamente aos padrões técnicos do CadTerc, que estabelecem rotinas diárias, semanais, mensais e trimestrais, parâmetros de qualidade e métodos adequados de limpeza para cada tipo de ambiente, garantindo segurança técnica, padronização e controle eficiente das atividades.

2.6. Ressalte-se que a contratação possui natureza continuada e ininterrupta, reconhecida como indispensável para o funcionamento regular da Instituição. O não atendimento adequado aos padrões de limpeza e higienização pode gerar:

- I. risco sanitário em ambientes escolares e de saúde;
- II. prejuízos à saúde de alunos, servidores e usuários;
- III. degradação do patrimônio público;
- IV. comprometimento das atividades de ensino, pesquisa e assistência;
- V. inadequação às normas sanitárias, ambientais e de segurança.

3. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Forma de Seleção – Modalidade e Tipo de Licitação

3.1.1. A escolha do fornecedor dar-se-á por meio de procedimento licitatório, na

modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, nos termos dos arts. 28, 29 e 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço classificado como comum, cuja especificação de desempenho e qualidade é objetiva, padronizada e amplamente disponível no mercado.

3.1.2. A adoção da forma eletrônica assegura:

3.1.2.1. maior competitividade e isonomia entre os licitantes;

3.1.2.2. redução de custos operacionais;

3.1.2.3. transparência e rastreabilidade dos atos;

3.1.2.4. ampliação do universo de potenciais fornecedores.

3.2. Critério de Julgamento

3.2.1. Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de Menor Preço Global, conforme previsto no art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021, considerando o conjunto integral dos serviços, mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos a serem fornecidos.

3.2.2. Justificativa para a escolha do critério:

3.2.2.1. trata-se da forma que melhor atende ao princípio da economicidade;

3.2.2.2. evita fragmentação da contratação e variação de qualidade entre itens;

3.2.2.3. assegura a contratação de empresa com capacidade de atender integralmente o objeto;

3.2.2.4. garante padronização dos serviços, insumos e equipamentos utilizados;

3.2.2.5. reduz riscos operacionais e facilita o gerenciamento contratual.

3.3. Regime de Execução

3.3.1. O regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço mensal, nos termos dos arts. 46 e 47 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto consiste em serviço continuado, de natureza rotineira e com padrão de desempenho previamente definido.

3.3.2. Justificativa para o regime de execução:

3.3.2.1. permite previsibilidade orçamentária para a Administração;

3.3.2.2. assegura estabilidade financeira e operacional para a contratada;

3.3.2.3. facilita o planejamento e acompanhamento da execução;

3.3.2.4. viabiliza controle contínuo do cumprimento das rotinas de limpeza;

3.3.2.5. é o regime mais adequado para contratos com dedicação mensal de mão de obra, insumos e equipamentos.

4. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação tem como objetivo a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com a disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, EPIS, materiais e equipamentos, em todo o campus da FEMA, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, materiais e equipamentos, nas quantidades e condições a seguir estabelecidas:

4.1.1. Mão de obra e Carga horária de trabalho:

Profissional	Quantidade	Turno / Carga Horária	Dias da Semana
		Semanal	
Auxiliar de limpeza	19	Das 06h às 11h e das 13h às 16h	Segunda a Sexta-feira
Auxiliar de limpeza + Acúmulo de função: Encarregado	01		
Total de profissional - turno diurno:	20	Das 06h às 10h	Sábado
Auxiliar de limpeza	04	Turno: Tarte e Noite	Segunda a Sexta-feira
		CH: Das 12h às 21h48min	

4.1.1.1. Serão necessários no mínimo 24 (vinte e quatro) funcionários (as) com jornada individual de 44 horas semanais com dedicação exclusiva para estas funções, com adicional de insalubridade de grau máximo de 40%, por estarem expostos (as) a agentes biológicos, conforme Anexo 14 da NR 15 do Ministério do Trabalho, conforme Convenção da Categoria - Siemaco.

4.1.1.2. Dentre esses funcionários deverá ter 01 (um) (a) ENCARREGADO (A) para toda a equipe, que deverá liderar e orientar a equipe de trabalho na realização das atividades de conservação e limpeza e acompanha o check list das rotinas. Controla a distribuição de materiais e tarefas e escalas dos colaboradores.

4.1.1.3. A assinatura do contrato fica condicionada a apresentação, pela empresa vencedora, da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, elaborada obrigatoriamente:

- a.** conforme o modelo CADTERC adotado pela FEMA;
- b.** em estrita consonância com a Convenção Coletiva de Trabalho vigente;
- c.** observando encargos trabalhistas, previdenciários, insumos, uniformes, EPIs, equipamentos e demais custos diretos e indiretos.
- d.** Durante o período de férias, licenças ou ausências, a responsabilidade pela reposição é da empresa contratada, assegurando a continuidade dos serviços.

4.1.1.4. Essa exigência assegura a adequação técnica e a fidedignidade dos valores propostos.

4.2. No início da vigência contratual, a CONTRATADA, juntamente com a CONTRATANTE, deverá estabelecer a programação de execução dos serviços previstos neste Termo, utilizando-se de todos os procedimentos e condições nela recomendadas, a fim de que os serviços contratados atinjam a eficácia e qualidade requeridas;

4.3. A CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, apresentar ao **Técnico de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE** os seguintes documentos:

- a)** PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- b)** PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- c)** ASO - Atestado de Saúde Ocupacional dos Colaboradores que irão prestar serviço dentro da FEMA;
- d)** O. S. - ORDEM DE SERVIÇO dos colaboradores que irão prestar serviço dentro da FEMA;
- e)** FICHA DE EPI - Ficha de Entrega de Equipamentos de Proteção Individual dos colaboradores que irão prestar serviço dentro da FEMA.

4.4. Os serviços deverão observar rigorosamente as rotinas, métodos, técnicas e frequências previstos no CadTerc, adotado como parâmetro técnico oficial pela Instituição, garantindo padronização, segurança e qualidade na prestação dos

serviços. Todas as atividades deverão respeitar as normas sanitárias, ambientais, trabalhistas, de ergonomia e de segurança vigentes.

4.5. A ocorrência de ponto facultativo ou de recesso institucional de final de ano, quando compreendidos em dias úteis, não suspenderá a obrigatoriedade da execução dos serviços de limpeza, asseio e conservação. O CONTRATANTE poderá, a seu critério e conforme a conveniência e necessidade, dispensar a prestação dos serviços em tais ocasiões, hipótese em que poderá ser estabelecida compensação de horas.

4.6. A CONTRATADA deverá implementar sistema de ponto digital biométrico ou facial para seus funcionários, que deverá ser entregue à CONTRATANTE mensalmente em formato digital (planilha eletrônica) para fins de conferência de quantitativo de mão de obra em conformidade com a planilha orçamentária, a qual não gerará nenhum tipo de vínculo empregatício entre os funcionários da CONTRATADA e a FEMA.

4.7. As informações complementares relativas ao escopo, à caracterização dos ambientes, às demandas operacionais específicas e às justificativas técnicas encontram-se detalhadas no Documento de Formalização de Demanda – DFD, o qual acompanha este Termo de Referência como anexo, devendo ser considerado parte integrante deste item para interpretação e execução da contratação.

4.6. Abrangência dos Ambientes Atendidos:

4.6.1. A execução dos serviços abará, entre outros, os seguintes ambientes:

- I. salas de aula;
- II. laboratórios de ensino, pesquisa e informática;
- III. setores administrativos e salas de reunião;
- IV. biblioteca, salas de leitura e espaços de acervo;
- V. corredores, halls e áreas de circulação;
- VI. sanitários administrativos, coletivos e de grande fluxo;
- VII. espaços de convivência;
- VIII. áreas externas pavimentadas e não pavimentadas.

4.6.2. Os serviços de limpeza, asseio e conservação deverão ser realizados em todo o Campus da Fema, mesmo que eventualmente não esteja descrito nesse documento.

4.7. Rotinas e Frequências de Limpeza:

4.7.1. As rotinas e frequências dos serviços de limpeza, asseio e conservação, bem como a utilização dos materiais necessários (uniformes, materiais de consumo, equipamentos, EPIs e acessórios), estão detalhadamente descritos em item específico do Documento de Formalização de Demanda, cuja síntese apresenta-se a seguir:

Frequência	Etapas e Atividades
DIÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> remoção de pó de superfícies; higienização de mobiliários e áreas de uso comum; varrição, lavagem e aplicação de pano úmido nos pisos; limpeza e desinfecção de sanitários; recolhimento e acondicionamento de resíduos; reposição de insumos fornecidos pela Contratada; atendimento emergencial de sujidades ocasionais; Executar outros serviços considerados necessários à frequência diária, eventualmente omitidos.
SEMANAL	<ul style="list-style-type: none"> ✓ higienização ampliada de mobiliários e superfícies verticais; ✓ eliminação de adesivos, manchas e resíduos; ✓ afastamento de mobiliários para limpeza completa; ✓ higienização de portas, batentes, janelas, visores e interruptores; ✓ conservação de pisos conforme material; ✓ Limpar todos os vidros (sem e com exposição à situação de risco); ✓ Executar outros serviços considerados necessários à frequência semanal, eventualmente omitidos.
MENSAL	<ul style="list-style-type: none"> ○ higienização de paredes e rodapés; ○ limpeza de equipamentos eletroeletrônicos, observando orientações de uso; ○ limpeza aprofundada de persianas, grelhas e superfícies específicas; ○ Limpar todos os vidros (sem e com exposição à situação de risco);

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Executar outros serviços considerados necessários à frequência mensal, eventualmente omitidos.
TRIMESTRAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ limpeza de luminárias e retirada de pó de lâmpadas; ▪ higienização profunda de estantes e acervos; ▪ eliminação de objetos aderidos ao forro; ▪ manutenção periódica de superfícies de maior complexidade; ▪ Executar outros serviços considerados necessários à frequência trimestral, eventualmente omitidos.
SEMESTRALMENTE	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Lavar todos os ferros externos com máquina de lavar de alta pressão, incluindo pistola para jogar produtos na ferragem, devendo utilizar produtos específicos para lavagem de ferro.

4.8. Procedimentos Técnicos Obrigatórios:

4.8.1. A Contratada deverá:

- 4.8.1.1.** utilizar técnicas adequadas a cada tipo de superfície e ambiente;
- 4.8.1.2.** empregar produtos regularizados pela ANVISA;
- 4.8.1.3.** adotar o método de dois baldes (solução e enxágue);
- 4.8.1.4.** lavar diariamente mops, panos e utensílios;
- 4.8.1.5.** sinalizar adequadamente áreas em processo de limpeza;
- 4.8.1.6.** evitar produtos abrasivos ou que causem danos a mobiliários;
- 4.8.1.7.** realizar limpeza do teto ao piso, respeitando sequência técnica.

4.9. Inspeções e Relatórios:

4.9.1. A equipe deverá identificar e comunicar imediatamente:

- 4.9.1.1.** vidros trincados ou quebrados;
- 4.9.1.2.** lâmpadas queimadas;
- 4.9.1.3.** portas, ferragens e fechaduras danificadas;
- 4.9.1.4.** vazamentos ou mau funcionamento de torneiras e válvulas;
- 4.9.1.5.** mobiliário com peças soltas, faltantes ou danificadas.

4.9.2. Tais comunicações integram a rotina de inspeção e são obrigatórias.

4.10. Descarte de Resíduos laboratórios da área da saúde:

4.10.1. A Contratada deverá realizar o descarte de resíduos em estrita conformidade

com as normas sanitárias aplicáveis, especialmente quando se tratar de ambientes de saúde, obedecendo aos seguintes requisitos:

- a) segregação correta dos resíduos conforme classificação sanitária;
- b) acondicionamento em recipientes apropriados, identificados e com tampa;
- c) encaminhamento aos pontos de coleta definidos pela unidade de saúde;
- d) proibição de misturar resíduos comuns com resíduos provenientes de áreas assistenciais.

4.10.2. O não atendimento às normas sanitárias poderá caracterizar falha grave na execução contratual.

4.11. Relatório Mensal de Execução:

4.11.1. A Contratada deverá apresentar, até o 5º dia útil de cada mês, relatório consolidado das atividades executadas no mês anterior, contendo:

- a) frequências e substituições de colaboradores;
- b) registro de ocorrências e medidas corretivas adotadas;
- c) consumos mensais de saneantes e materiais;
- d) conformidade das rotinas previstas no CadTerc;
- e) evidências fotográficas, quando aplicável.

4.11.2. O relatório será utilizado para fins de fiscalização, registro histórico e eventual aplicação de sanções.

4.12. Materiais, Saneantes e Equipamentos:

4.12.1. A previsão estimada de quantitativos encontra-se descrita no Documento de Formalização de Demanda, elaborado pelo setor de Serviços Gerais com base na média dos anos anteriores. Tal previsão possui caráter meramente indicativo, não constituindo limite mínimo ou máximo de fornecimento, tampouco restringindo a necessidade de materiais, saneantes e equipamentos adicionais para a adequada execução dos serviços. Assim, a CONTRATADA deverá fornecer:

- 4.12.1.1.** saneantes domissanitários com registro ou notificação vigente;
- 4.12.1.2.** todos os materiais de limpeza e consumo;
- 4.12.1.3.** EPIs conforme NR-6;
- 4.12.1.4.** uniformes e equipamentos de primeiro uso;

4.12.1.5. equipamentos como aspiradores, enceradeiras, lavadoras etc.

4.12.1.6. Antes do início da execução contratual, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização a relação completa de todos os saneantes que serão utilizados, contendo obrigatoriamente: nome comercial, fabricante, finalidade de uso e número de registro ou notificação junto à ANVISA, em conformidade com a legislação sanitária vigente. Qualquer substituição ou inclusão de saneante durante a vigência do contrato somente poderá ocorrer mediante aprovação prévia da Fiscalização.

4.12.2. Será de responsabilidade da Contratante o fornecimento exclusivo de Papel higiênico, Papel toalha e Sabonete líquido, conforme especificado no DFD.

4.13. Do preposto e Gestão Operacional:

4.13.1. A Contratada por intermédio de um preposto designado e aceito pela Contratante deverá garantir:

4.13.1.1. supervisão técnica presencial ou por visitas periódicas;

4.13.1.2. controle de frequência da equipe;

4.13.1.3. substituição imediata de ausências;

4.13.1.4. treinamento e reciclagem periódica;

4.13.1.5. cumprimento de normas sanitárias e de segurança.

4.14. Padrões de Qualidade:

4.14.1. O contrato deverá assegurar:

4.14.1.1. ambientes visualmente limpos e higienizados;

4.14.1.2. ausência de odores desagradáveis;

4.14.1.3. pisos e superfícies livres de manchas e resíduos;

4.14.1.4. sanitários em condições de uso durante todo o expediente;

4.14.1.5. reposição constante de materiais fornecidos pela empresa;

4.14.1.6. manutenção contínua da limpeza em locais de grande circulação.

4.14.2. A Contratada deverá apresentar diariamente o controle de frequência de todos os empregados alocados, podendo ser exigido sistema eletrônico ou folha de ponto validada pela fiscalização.

4.15. Da apresentação, Conduta e Sigilo no colaborador:

4.15.1. Os funcionários deverão trabalhar devidamente uniformizados e identificados

sendo exigida adequada conduta moral;

4.15.2. Assumir os postos diariamente, devidamente uniformizados, e com aparência pessoal

adequada nos horários pré-programados;

4.15.3. Instruir e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências.

4.15.4. Os serviços deverão ser executados no Campus da FEMA, com a utilização de técnicas, rotinas adequadas e em estrita concordância e obediência às disposições do Termo de Referência e dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados (CADTERC);

4.15.5. O padrão de qualidade dos serviços observará as diretrizes estabelecidas pelo CADTERC- VOLUME 03, sendo utilizado para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos.

4.15.6. Os colaboradores da Contratada que atuarem nas dependências da FEMA deverão manter conduta profissional compatível com o ambiente institucional, observando obrigatoriamente:

- a.** a preservação do sigilo sobre informações relacionadas às rotinas de atendimento e quaisquer dados sensíveis;
- b.** a proibição do uso de celulares pessoais durante a execução das atividades, salvo quando expressamente autorizado pela fiscalização em situações específicas;
- c.** a circulação restrita às áreas vinculadas às rotinas de limpeza, sendo vedado o acesso a setores não autorizados ou de caráter restrito;
- d.** o cumprimento integral das normas sanitárias, de biossegurança e de controle de infecção previstas na legislação vigente.

4.15.7. O descumprimento das disposições acima implicará na substituição imediata do colaborador infrator, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

4.16. Das especificações técnicas dos materiais, saneantes e equipamentos:

4.16.1. A Contratada deverá fornecer todos os materiais de consumo, saneantes domissanitários, utensílios, equipamentos e acessórios necessários à plena execução dos serviços de limpeza e conservação predial, sendo obrigatória a utilização de produtos de qualidade comprovada, devidamente regularizados perante a ANVISA, e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis.

4.16.2. A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos e materiais de qualidade, em perfeito estado de conservação e funcionamento, na quantidade necessária para a execução dos serviços, atendendo integralmente às especificações técnicas, normas de segurança e padrões de desempenho exigidos. É vedada a utilização de itens reutilizados, remanufaturados, desgastados ou que apresentem qualquer comprometimento de eficiência, segurança ou aparência, de modo a garantir a adequada prestação dos serviços e a satisfação das condições estabelecidas no contrato a relação mínima constante no DFD;

4.16.2.1. Todos os materiais e equipamentos empregados na execução dos serviços deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo admitida a utilização de itens já usados, desde que não apresentem desgaste, remanufatura ou qualquer comprometimento de desempenho, segurança ou aparência;

4.16.2.2. Fica vedada a utilização de materiais ou equipamentos que possam prejudicar a qualidade da prestação dos serviços.

4.16.3. Dos materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços descritos a seguir, bem como aqueles eventualmente solicitados pela Administração da FEMA e não previstos na relação abaixo, constituem exigências mínimas obrigatórias. A Contratada poderá adotar outras soluções técnicas iguais ou superiores, desde que previamente aprovadas pela fiscalização da FEMA.

4.17. Materiais a serem disponibilizados

4.17.1. Com o objetivo de padronizar os materiais de consumo, utensílios e equipamentos utilizados na execução dos serviços de limpeza, asseio e conservação, a Contratada deverá assegurar que todos os produtos fornecidos estejam devidamente registrados junto ao órgão competente, contendo, obrigatoriamente,

informações sobre data de fabricação, prazo de validade, grau de toxicidade e respectivos antídotos. Para referência, será disponibilizada relação dos materiais e equipamentos a serem empregados, os quais deverão ser de primeira qualidade.

4.17.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Quantidade de materiais de consumo estimado para o uso mensal:

Quantidade mensal estimada	Unidade de medida	Especificações mínimas
125	Litros	Água sanitária
130	Litros	Álcool líquido 70°
8	Unidades	Cabos extensores (5 metros – auxílio na lavagem de vidros)
12	Galões	Cera (galão de 5 L)
2	Unidades	Desentupidores de pia
2	Unidades	Desentupidores de vaso sanitário
30	Galões	Desinfetante concentrado (galão de 5 L)
30	Galões	Detergente neutro concentrado (galão de 5 L)
6	Unidades	Escovas de lavar roupas
6	Unidades	Escovas de lavar vaso sanitário
20	Unidades	Espanadores de pó
25	Pacotes	Esponjas dupla face (4 unidades cada)
30	Unidades	Fibra Verde LT
25	Unidades	Flanelas grandes

30	Litros	Limpa pedra
20	Frascos	Limpa vidros
50	Frascos	Limpador multiuso (tipo Veja ou Ajax)
12	Frascos	Lustra móveis
25	Litros	Maxi limpador (esmerol) detergente para piso concentrado
20	Litros	Multiuso concentrado ou similar
130	Unidades	Panos de chão alvejado
8	Unidades	Perfex ou similar (300 metros)
6	Frascos	Querosene perfumada
20	Unidades	Rodos de 40 cm (plástico)
20	Unidades	Rodos de 60 cm (plástico)
10	Pacotes	Sabão em pedra
15	Litros	Sabão líquido (OMO ou similar)
10	Fardos	Saco de lixo 100 litros preto (100 unid.) reforçado
10	Fardos	Saco de lixo 20 litros preto (100 unid.)
6	Fardos	Saco de lixo 40 litros branco (100 unid.)
6	Fardos	Saco de lixo 40 litros branco (100 unid.)
6	Fardos	Saco de lixo 40 litros preto (100 unid.) reforçado
10	Fardos	Saco de lixo 60 litros preto (100 unid.) reforçado
6	Unidades	Vassoura limpa teto
20	Unidades	Vassouras caipira

10	Unidades	Vassouras de pelo
10	Unidades	Vassouras tipo noviça

Quantidade estimada de utensílios e equipamentos para o uso:

QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
2	Unidade	Aspirador de água e pó com potência igual ou superior a 1600 watts.
40	Unidade	Baldes plásticos 20L com alça de ferro
6	Unidade	Carrinhos funcionais com bolsa zíper
6	Unidade	Enceradeiras industriais (510mm), com discos e escovão
6	Unidade	Escadas de 5 (cinco) degraus
12	Unidade	Mangueiras com 50 metros cada uma, com esguicho de metal (tipo revólver)
6	Unidade	Máquinas de alta pressão para lavar piso, igual ou superior a 1800 libras
12	Unidade	Mops secos
12	Unidade	Mops úmidos
25	Unidade	Pás coletoras com tampa
12	Unidade	Placas sinalizadoras de plástico para piso molhado
20	Unidade	Rodos de 40 cm (plástico)
20	Unidade	Rodos de 60 cm (plástico)
12	Unidade	Suporte/Esfregão para bucha verde LT

4.17.2. A previsão apresentada é baseada na média de consumo de anos anteriores, servindo unicamente como indicativo de materiais, não se configurando qualquer tipo de limite, mínimo ou máximo necessários nem restringindo a necessidade de materiais adicionais para a perfeita execução dos serviços.

4.17.3. Todos os equipamentos deverão:

- a. Estar em perfeitas condições de uso e compatíveis com a voltagem adotada na sede da CONTRATANTE;
- b. Passar por manutenção preventiva periódica;
- c. Ser substituídos imediatamente em caso de quebra ou falha;
- d. Ser acompanhados de manuais e fichas técnicas, quando disponíveis.

4.18. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs):

4.18.1. A Contratada deverá fornecer todos os EPI's necessários à execução segura dos serviços, conforme identificado nos seguintes documentos obrigatórios:

- LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho;
- PGR/PPRA – Programa de Gerenciamento de Riscos;
- PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

4.18.2. Estimativa de Quantidade para 12 meses (por colaborador):

EPI	QUANTIDADE	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Luvas de látex/nitrílica (cano longo)	2 pares	2 meses
Bota de segurança impermeável em PVC	1 par	12 meses
Luvas descartáveis	Conforme necessidade	Uso único
Máscaras descartáveis	Conforme necessidade	Uso único
Óculos de proteção incolor	1 unidade	12 meses
Avental impermeável	2 unidades	6 meses
Protetores auriculares	2 unidades	6 meses
*Protetor solar FPS 30 (120g)	264 frascos	30 dias
*Observação: Considerando que a atividade é mista (interno + externo) recomenda-se o uso de Protetor solar conforme exposição ao sol.		

Nota:

- I. A quantidade poderá ser ajustada conforme número de colaboradores e riscos identificados.
- II. Outros EPI's que se façam necessários deverão ser fornecidos independentemente de previsão expressa, conforme avaliação técnica e riscos identificados.

4.18.3. Certificação e treinamento:

a) Todos os EPI's deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, nos termos da NR-06;

b) A Contratada deverá promover treinamento, orientação e fiscalização quanto ao uso correto dos EPI's, mantendo registros disponíveis à Contratante.

4.18.4. Todos os uniformes e EPI's estarão sujeitos à aprovação prévia da Contratante, podendo ser exigida a apresentação de amostras, bem como a substituição de itens que não atendam aos padrões técnicos, legais ou contratuais.

4.18.5. O descumprimento das obrigações relativas a uniformes e EPI's será considerado falha grave na execução contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da retenção de pagamentos, glosas e demais medidas cabíveis.

4.19. Uniformes - Composição mínima:

4.19.1. Os uniformes deverão ser compatíveis com as funções exercidas e adequados a todas as condições climáticas, compreendendo, no mínimo:

ITEM	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Conjunto calça e camisa (uniforme operacional)	02 conjuntos	6 meses
Tênis/Sapato (que tenham Certificado de Aprovação)	01 par	6 meses
Meias	02 pares	4 meses
Crachá de identificação funcional	01 unidade	12 meses

4.19.2. Fornecimento e reposição:

a) Serão fornecidos 02 (dois) conjuntos completos antes do início da execução contratual, garantindo que o empregado se apresente uniformizado no primeiro dia de trabalho;

b) Os uniformes deverão ser substituídos a cada 6 (seis) meses, ou antes, sempre que apresentarem desgaste, perda das condições de higiene, identificação ou apresentação inadequada;

c) A reposição deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação formal da fiscalização do contrato;

d) Em caso de alteração de posto, função, jornada ou condição física do empregado, a Contratada deverá providenciar a substituição imediata do uniforme.

4.19.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, resistente, confortável e compatíveis, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- Normas de segurança do trabalho;
- atender às exigências da CCT do SIEMACO vigente;
- preservar a dignidade, segurança e identificação visual do trabalhador
- Sapatos e luvas que tenham Certificado de Aprovação (CA).

4.19.4. Para empregadas gestantes, deverão ser fornecidos uniformes específicos e adequados à condição, com substituição sempre que necessário, sem limitação quantitativa.

4.19.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.20. Armazenamento, Segurança e Controle:

4.20.1. Os produtos deverão ser armazenados em local adequado, ventilado e seguro, com controle de acesso conforme normas sanitárias e de segurança.

4.20.2. A Contratada deverá manter estoque mínimo suficiente para 30 dias de operação, evitando interrupções.

4.20.3. O armazenamento de produtos químicos deverá obedecer às recomendações técnicas e à separação obrigatória de saneantes incompatíveis.

4.21. Substituição de Materiais, Insumos e Equipamentos:

4.21.1. A Contratada deverá proceder à substituição imediata de qualquer produto, equipamento, utensílio ou insumo que apresente falhas, desgaste, defeitos ou que não atenda ao padrão técnico exigido pela Contratante.

4.21.2. A fiscalização poderá rejeitar materiais considerados inadequados, cabendo à Contratada realizar a substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação.

4.21.3. A responsabilidade pela aquisição, fornecimento e manutenção de todos os materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços é integralmente da Contratada, excetuando-se apenas o papel higiênico, o papel toalha e o sabonete líquido, que serão disponibilizados pela Contratante.

5. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. Os serviços deverão ser executados no Campus da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.200, Vila Nova Santana, Assis, Estado de São Paulo.

5.2. Prazo início da execução: A partir da emissão da ordem de serviço.

5.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

5.4. A Contratada deverá assegurar que todas as rotinas e frequências definidas no CadTerc sejam rigorosamente observadas em cada um dos endereços acima, devendo ajustar a logística operacional e o número de colaboradores conforme as particularidades de cada unidade.

5.5. Havendo ampliação, alteração ou redução dos espaços físicos utilizados pela FEMA durante a vigência contratual, a Contratante poderá solicitar adequações quantitativas, mediante justificativa técnica e observância das normas legais aplicáveis.

5.6. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, preferencialmente podendo ser utilizada a aplicação de Protocolo, disponível na página www.fema.edu.br, ou outros meios eletrônicos institucionais autorizados, cabendo à Contratada apresentar e-mail oficial para comunicação.

5.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.8. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços. Indicando no instrumento poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.9. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou

manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

5.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

5.11. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.12. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.13. Qualquer inexatidão ou irregularidade na execução do objeto contrato, o fiscal emitirá notificações para a correção determinando prazo para a solução do problema identificado.

5.14. O fiscal deverá informar ao Coordenador Administrativo, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias saneadoras, se for o caso.

5.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente o Coordenador Administrativo.

5.16. A fiscalização do contrato deve avaliar constantemente a qualidade da prestação dos serviços, bem como, as documentações apresentadas juntamente com a nota fiscal para pagamento, verificando a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhista.

5.17. Na fiscalização do cumprimento trabalhista e sociais exigir-se-á, dentre outros, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas:

5.18. No primeiro mês da prestação dos serviços a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

I. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do

posto de trabalho, número da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoa Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

II. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

III. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

IV. Comprovante de entrega dos uniformes, equipamentos, materiais e acessórios, conforme estabelecido neste termo;

5.19. Entregar até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos:

- a.** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b.** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c.** Certidão de regularidade do FGTS (CRF); e,
- d.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.19.1. Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer documentos a seguir relacionados:

- I.** Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer mês da prestação dos serviços, a critério da CONTRATANTE;
- II.** Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- III.** Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- IV.** Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços

e de qualquer empregado; e

5.19.2. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços:

- a.** Termos de rescisão dos contratos dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologado, quando exigido pelo sindicato da categoria;
- b.** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes as rescisões contratuais;
- c.** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d.** Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

5.19.3. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação constante no *item 5.19.2.* no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias, justificadamente.

5.19.4. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA os documentos elencados nos subitens acima deverão ser apresentados.

5.19.5. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o fiscal do contrato deverá oficializar a Receita Federal do Brasil.

5.19.6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS o fiscal do contrato deverá oficializar ao Ministério do Trabalho.

5.19.7. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

5.19.8. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

5.19.9. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual

previstos.

5.20. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciária ou para como o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.21. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

5.22. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços do objeto contratado.

5.23. Taís pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

5.24 O contrato somente será considerado integralmente cumprido após a comprovação pela CONTRATADA do pagamento de todas as obrigações trabalhista, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes a mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto as verbas rescisórias.

5.25. A fiscalização de que se trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade ou prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS.

6. LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser realizados na sede da Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.200, Vila Nova

Santana, na cidade de Assis, Estado de São Paulo.

6.2. A execução dos serviços de limpeza deverá ser estabelecida de acordo com as necessidades específicas de cada ambiente, considerando suas características e demandas operacionais, dentro do período estabelecido na tabela a seguir:

Dias da Semana		Turno / Carga Horária Semanal
Turno: Diurno		
Segunda a Sexta-feira		Das 06h às 11h e das 13h às 16h
Sábado		Das 06h às 10h
Turno: Tarde e Noite		
Segunda a Sexta-feira		Das 12h às 21h48min

6.2.1. Ressalta-se que o horário de funcionamento do setor não constitui, por si só, parâmetro determinante para a fixação dos períodos de execução, uma vez que a necessidade de higienização pode ocorrer em momentos distintos e não necessariamente coincidentes com todo o período de funcionamento.

6.3. A prestação dos serviços será organizada de forma a garantir eficiência, economicidade e continuidade, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021. Assim, os funcionários atuarão durante o período de funcionamento da Instituição ou em horários previamente definidos pela Administração, conforme a conveniência e o interesse público, assegurando a adequada manutenção das condições de limpeza e salubridade dos ambientes.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar a execução eficiente, contínua e de qualidade dos serviços de limpeza, asseio e conservação, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade integral pelo cumprimento das obrigações assumidas, observando rigorosamente todas as disposições legais, regulamentares e normativas aplicáveis à execução contratual.

7.2. A CONTRATADA deverá garantir a plena execução dos serviços mediante disponibilização de equipe compatível com a demanda, devidamente dimensionada, treinada, uniformizada e equipada, assegurando padrões de eficiência, segurança, continuidade e qualidade, em conformidade com os critérios estabelecidos no

CadTerc e demais normas pertinentes.

7.3. A CONTRATADA deverá observar, de forma estrita, os requisitos legais, administrativos, operacionais e técnicos indispensáveis à adequada execução dos serviços, atendendo aos parâmetros definidos no Documento de Formalização de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integram o presente instrumento, bem como às disposições deste Termo de Referência.

7.4. Compete ainda à CONTRATADA:

7.4.1. Adotar práticas de gestão que assegurem a qualidade e a sustentabilidade dos serviços, incluindo o uso racional de insumos e produtos de limpeza;

7.4.2. Garantir o fornecimento contínuo de materiais, equipamentos e EPIs necessários, em conformidade com as normas de segurança e saúde do trabalho;

7.4.3. Manter supervisão técnica permanente, assegurando o acompanhamento e a avaliação da execução dos serviços;

7.4.4. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e demais encargos decorrentes da legislação vigente, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

7.5. Requisitos Legais:

7.5.1. A CONTRATADA deve observar:

I. Legislação trabalhista e previdenciária: cumprimento integral da CLT, recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, férias, 13º salário etc.).

II. Normas de segurança e saúde do trabalho: fornecimento de EPIs, treinamentos de segurança, cumprimento da NR-5 (CIPA), NR-6 (EPI), NR-17 (ergonomia), entre outras aplicáveis.

III. Legislação ambiental: uso de produtos de limpeza que atendam às normas ambientais e não causem danos ao meio ambiente.

IV. Legislação fiscal e tributária: emissão de notas fiscais, recolhimento de tributos e cumprimento das obrigações acessórias.

V. Normas de licitação e contratos administrativos: observância da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e demais regulamentos aplicáveis.

7.6. Requisitos Administrativos:

7.6.1. A CONTRATADA deve assegurar:

- I. Regularidade cadastral:** comprovação de inscrição no CNPJ, certidões negativas de débitos trabalhistas, fiscais e previdenciários.
- II. Gestão documental:** registro atualizado de todos os empregados alocados no contrato, contendo nome, CPF, função e jornada, apresentação de relatórios periódicos de execução, controle de frequência da equipe e comprovação de pagamento de encargos trabalhistas.
- III. Supervisão e controle:** disponibilização de responsável técnico ou supervisor para acompanhamento da execução dos serviços.
- IV. Comunicação com a CONTRATANTE:** manutenção de canal formal para tratar ocorrências, reclamações e ajustes necessários.
- V. Capacitação e treinamento:** comprovação de que os funcionários receberam treinamento

7.7. Requisitos Operacionais

7.7.1. A Contratada deverá:

- I.** Disponibilizar equipe compatível com a demanda, devidamente dimensionada para assegurar a execução contínua e eficiente dos serviços.
- II.** Organizar a jornada e escala de trabalho dos colaboradores, garantindo cobertura adequada em todos os turnos e horários previstos.
- III.** Manter supervisão operacional permanente, com encarregado ou supervisor responsável pelo acompanhamento e orientação da equipe.
- IV.** Assegurar o controle de frequência dos colaboradores, mediante registros formais de entrada e saída.
- V.** Elaborar e cumprir cronogramas de limpeza geral, periódica e emergencial, observando áreas críticas e prioritárias.
- VI.** Garantir o fornecimento, reposição e gestão adequada de insumos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- VII.** Assegurar a continuidade dos serviços, providenciando substituição imediata em caso de férias, ausência ou afastamento de colaboradores.

7.8. Requisitos Técnicos:

7.8.1. A Contratada deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- I. Assegurar que todos os colaboradores recebam treinamento e capacitação adequados para execução das atividades, incluindo técnicas de limpeza e normas de segurança.
- II. Fornecer uniformes padronizados e crachás de identificação para todos os colaboradores.
- III. Disponibilizar equipamentos industriais adequados e em perfeito estado de funcionamento, compatíveis com os serviços contratados (aspiradores, enceradeiras, lavadoras etc.).
- IV. Utilizar produtos de limpeza devidamente certificados e autorizados pelos órgãos competentes, observando normas ambientais e de saúde, com fichas técnicas e FISPQ disponíveis.
- V. Cumprir integralmente as normas de segurança e ergonomia aplicáveis, fornecendo e exigindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs.
- VI. Substituir imediatamente equipamentos defeituosos ou materiais deteriorados.
- VII. Adotar procedimentos técnicos padronizados (método dos dois baldes, higienização de utensílios, limpeza do teto ao piso etc.).
- VIII. Garantir a reposição contínua de materiais de consumo e saneantes, evitando interrupções dos serviços;
- IX. Manter estoque mínimo compatível com 30 dias de operação, conforme previsto no ETP.
- X. Observar os padrões de qualidade e desempenho estabelecidos no CadTerc, no Documento de Formalização de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP.
- XI. Apresentar relatórios técnicos periódicos sobre a execução dos serviços, incluindo registros de ocorrências e indicadores de qualidade

7.9. Requisitos Ambientais:

7.9.1. A Contratada deverá:

- I. Utilizar produtos de limpeza e higienização devidamente registrados e

autorizados pelos órgãos competentes, evitando substâncias nocivas à saúde e ao meio ambiente.

II. Adotar práticas sustentáveis, promovendo o uso racional de água, energia elétrica e insumos, bem como a redução de desperdícios.

III. Assegurar a destinação correta de resíduos sólidos e líquidos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

IV. Priorizar o uso de materiais biodegradáveis e recicláveis, sempre que possível, em alinhamento com políticas de sustentabilidade da CONTRATANTE.

V. Apresentar, quando solicitado, comprovação da origem e certificação ambiental dos produtos utilizados

7.10. Requisitos de Segurança:

7.10.1. A CONTRATADA deve:

I. Cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis, como NR-6 (EPI), NR-17 (Ergonomia) e demais pertinentes.

II. Fornecer, sem ônus adicional, todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários, garantindo sua reposição e manutenção, bem como, a correta utilização.

III. assegurar que os colaboradores recebam treinamento periódico sobre segurança, prevenção de acidentes e uso correto de EPIs e equipamentos.

IV. Manter plano de prevenção e resposta a emergências, incluindo procedimentos para acidentes com produtos químicos, incêndios e primeiros socorros.

VIII. Garantir que todos os equipamentos e máquinas utilizados estejam em perfeito estado de conservação e funcionamento, obedecendo às normas técnicas de segurança.

IX. Armazenar produtos químicos em local adequado, sinalizado e compatível com normas de segurança.

X. Manter o local de trabalho organizado, limpo e sinalizado durante a execução das atividades.

XI. Responsabilizar-se por qualquer acidente ou incidente decorrente da execução

dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

7.11. Requisitos Documentais:

7.11.1. Antes da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo:

- I. Plano de Execução Operacional contendo métodos, rotinas, distribuição de equipe, frequência de serviços e logística.
- II. Relação nominal dos funcionários alocados.
- III. Comprovantes de capacitação e treinamentos específicos.
- IV. Certidões negativas e comprovações de regularidade;
- V. Plano de fornecimento de materiais e equipamentos, com cronograma de reposição;
- VI. Amostra dos uniformes e EPIs, para aprovação da fiscalização.

7.11.2. Durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá manter atualizadas todas as certidões e documentos comprobatórios exigidos, além de apresentar relatórios periódicos de execução e indicadores de desempenho.

7.12. Requisitos Relacionados à Qualidade:

7.12.1. A CONTRATADA deverá implementar mecanismos de controle interno que assegurem:

- I. Monitoramento contínuo da qualidade dos serviços.
- II. Comunicação imediata à CONTRATANTE quanto a irregularidades observadas.
- III. Registro diário das atividades realizadas, contendo horários, colaboradores, setores atendidos e observações operacionais.
- IV. Atuação preventiva e corretiva nos ambientes de maior circulação e criticidade.

8. DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. A licitante vencedora, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

8.1.1. CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso

I, do § 1º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. FIANÇA BANCÁRIA emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

8.1.3. SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da FEMA, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

8.1.3.1. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/numerado/regapolices/pesquisa.asp>.

8.1.3.2. O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO em relação ao serviço. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.

8.2. A FEMA restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme [art. 100 da Lei nº 14.133/2021](#), mediante requerimento.

8.3. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a FEMA, nos termos da legislação vigente.

8.4. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

8.5. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

8.6. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver aditivo.

8.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas

pela contratada.

9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

9.2. O detalhamento dos critérios de sustentabilidade e outras condições estão definidas no DFD e no Estudo Técnico Preliminar.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das especificações técnicas e obrigações estabelecidas no DFD, ETP e prevista neste Termo de Referência a CONTRATADA terá as seguintes obrigações:

10.1.1. Na execução do objeto obriga-se a CONTRATADA a dedicação fiel e adequado cumprimento dos serviços, bem como, assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

10.1.2. A empresa CONTRATADA se compromete a manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos da CONTRATANTE, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal;

10.1.3. Cumprir todos os requisitos, referentes às características da prestação dos serviços procedimentos gerais e obrigatórios, serviços inerentes, prazos, bem como todos e quaisquer outros constantes deste Termo de Referência;

10.1.4. Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a FEMA, apresentando sempre que os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista;

10.1.5. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução dos serviços da CONTRATADA, de forma a eximir a CONTRATANTE de qualquer ônus e responsabilidades;

10.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, implementando de imediato, as adequações necessárias;

10.1.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua

ou dos seus prepostos;

10.1.8. Independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita fornecer sem custos adicionais, todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

10.1.9. Fornecer equipe especializada no desenvolvimento do trabalho, funcionários capacitados e com coordenação adequada para limpeza e conservação das instalações físicas, mobiliário, objetos, equipamentos e dependências da FEMA;

10.1.10. Zelar para que seus empregados, quando necessário, participem dos eventos promovidos pela CONTRATANTE especialmente os relacionados com a segurança e a qualidade;

10.1.11. Manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas;

10.1.12. Cumprir todas as normas trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Convenções e Acordos Coletivos das respectivas categorias profissionais, devendo enviar à contratante cópias dos instrumentos coletivos aplicados ao contrato, no início da prestação dos serviços e sempre que houver alterações, ressaltando-se, em especial, que os funcionários deverão, obrigatoriamente, gozar o período de férias com descanso, não sendo admissível a prática conhecida como “venda das férias”;

10.1.13. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

10.1.14. Registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;

10.1.15. A contratada deverá assegurar, de forma imediata, a reposição da mão de obra em caso de ausência do colaborador por falta, férias ou afastamento, sendo vedada a manutenção de posto descoberto;

10.1.16. Manter os seus empregados informados quanto às normas internas da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância, especialmente as de qualidade e de segurança;

- 10.1.17.** Comunicar ao CONTRATANTE eventuais anomalias observadas nas instalações;
- 10.1.18.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, no que referir-se ao objeto, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 10.1.19.** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para o CONTRATANTE, caso verifique que eles não atendem as especificações deste Termo de Referência;
- 10.1.20.** Executar os serviços descritos com a utilização de material e pessoal próprios. Os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachás, contratados e registrados pela CONTRATADA, sob sua integral responsabilidade;
- 10.1.21.** Fornecer uniformes, EPIs, equipamentos, insumos e demais materiais de acordo com as Normas Técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis à espécie;
- 10.1.22.** Apresentar à CONTRATANTE, relação nominal, com número de inscrição do CPF, dos empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE, mencionando os respectivos endereços residenciais, localização física do trabalho e telefone para contato, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração;
- 10.1.23.** Permitir à CONTRATANTE, através de seu fiscal, a completa fiscalização da execução dos serviços, obrigando-se a prestar todas as informações ou esclarecimentos sobre registros, horas trabalhadas, bem como quaisquer outros, de natureza técnica ou comercial;
- 10.1.24.** Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho, ao pagamento de salário no prazo da lei, apresentando, previamente à CONTRATANTE, calendário de pagamento dos prestadores de serviços que exercem suas atividades na Empresa;
- 10.1.25.** Iniciar, após a assinatura do contrato e a emissão da ordem de serviços, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido;
- 10.1.26.** Realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, tanto na

admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos necessários;

10.1.27. Atender, de imediato, as solicitações quanto à adequação dos serviços que não estiverem sendo executados a contento;

10.1.28. Exercer controle de ponto atentando-se a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, inclusive substituindo os mesmos em caso de faltas e férias sem ônus para a empresa CONTRATANTE, devendo a relação ser entregue antes da elaboração da fatura que será atestada pelo fiscal da CONTRATANTE.

10.1.29. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços;

10.1.30. Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades, inclusive com a entrega e fiscalização do uso de EPIs;

10.1.31. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas à CONTRATANTE ou a terceiros por seus empregados ou preposto, desde que fique comprovada sua responsabilidade;

10.1.32. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços;

10.1.33. Caberá à CONTRATADA a designação, formal, de um profissional para representá-la junto à CONTRATANTE para exercer a supervisão e controle do pessoal alocado, inclusive quanto ao cumprimento da jornada de trabalho, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelo seu pessoal. Esta supervisão será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não se fazendo necessária qualquer manifestação da CONTRATANTE sobre a sua requisição.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Caberá à CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Documento de Formalização da Demanda (DFD), no Estudo Técnico Preliminar (ETP), neste Termo de Referência e no Contrato, a:

- 11.1.1.** Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do contrato;
- 11.1.2.** Comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade na prestação do serviço, se for o caso.
- 11.1.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 11.1.4.** Impedir que terceiros executem o serviço objeto deste Termo de Referência;
- 11.1.5.** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste instrumento;
- 11.1.6.** A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, representantes ou quaisquer outros.
- 11.1.7.** Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato para assegurar sua plena execução, incluindo a verificação da qualidade e da adequação do serviço ao que foi contratado;
- 11.1.8.** A contratante deve garantir que a contratada cumpra todas as normas técnicas e legislações aplicáveis ao serviço contratado, especialmente aquelas relacionadas à segurança e à qualidade dos serviços de limpeza, asseio e conservação;
- 11.1.9.** Rejeitar no todo ou em parte, a prestação de serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.
- 11.1.10.** A contratante deve avaliar o desempenho da contratada periodicamente, baseando-se nos critérios de qualidade técnica e cumprimento dos prazos estabelecidos;
- 11.1.11.** Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do contrato, efetuando sua atestação quando estiverem em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos no contrato
- 11.1.12.** A contratante deve aplicar sanções ou proceder com a rescisão do contrato em casos de descumprimento contratual pela contratada, conforme estabelecido nos arts. 137 a 139 e 155 a 163 da Lei 14.133/21.

12. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

- 12.1.** Os preços mensais e anuais estimados para a contratação dos serviços de

limpeza, asseio e conservação, encontram-se demonstrado na tabela a seguir:

Item	Qtd e	Unidade de Medida	Valor mensal	Valor anual
1	12	Mês	R\$ 184.076,50	R\$ 2.208.918,00

12.2. As justificativas relativas à definição do preço e à escolha dos fornecedores utilizados na pesquisa encontram-se detalhadas em item específico do Estudo Técnico Preliminar, o qual integra este termo, independentemente de sua transcrição total ou parcial.

12.3. Dos recursos orçamentários:

12.3.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.3.90.39.78 Limpeza e Conservação

Fichas das Despesas: **009 e 039**

12.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

13.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.2.1. não tenha produzido os resultados acordados;

13.2.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

13.2.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos

para a avaliação da prestação dos serviços.

13.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

13.4.1. Assiduidade dos funcionários;

13.4.2. Qualidade dos serviços executados.

Do recebimento

13.3. Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, no prazo de 07 (sete) dias, pelo fiscal de contrato nomeado na Portaria nº 75, de 26 de agosto de 2025, senhor Roque Vinicius Isidio Teodoro Dias, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

13.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

13.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

13.6. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

13.7. Quando houver somente um fiscal de contrato, este realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

13.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.8.1. Após a apuração do resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços, conforme os

indicadores previstos no anexo deste termo, o fiscal do contrato solicitará o encaminhamento das certidões e da documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista, além daquelas que entender pertinentes para a comprovação das obrigações trabalhistas, tais como:

- a.** Certidão informando ausência no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo nos termos da Lei Estadual nº 12.799/2008;
- b.** Certidão de regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- c.** Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- f.** Relatório do FGTS Digital, com as respectivas guias e comprovantes de recolhimento;
- g.** Caso, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento;
- h.** Cópia da folha de pagamento analítica - ou documento equivalente quando da rescisão de colaborador - em que conste como tomador o CONTRATANTE, contendo os nomes dos colaboradores, cargo, remuneração (discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias), descontos legais, salário-família, totalização por rubrica e resumo geral consolidado;

- i. Comprovantes de depósito bancário dos salários e demais verbas trabalhistas a que estiver obrigada por força de lei ou de norma coletiva do trabalho;
- j. Comprovantes de entrega de benefícios (vale transporte, vale alimentação, plano de saúde, entre outros) a que estiver obrigada por força de lei ou de norma coletiva do trabalho;
- k. Comprovantes de pagamento do seguro de vida dos colaboradores, dentre outros.

13.8.2. Recepcionada a documentação, no prazo de 05(cinco) dias úteis o fiscal do contrato realizará a conferência da documentação.

13.8.3. A apresentação parcial ou irregular da documentação interrompe a contagem do prazo, sendo reiniciada após a CONTRATADA realizar o envio da documentação complementar e prestar os esclarecimentos necessários.

13.8.4. Utilizará do Procedimento da AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS, de pleno conhecimento das partes, e encaminhará à CONTRATADA para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos.

13.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

13.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.14. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, pelo agente de fiscalização designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

13.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

13.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor contábil para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

13.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à

parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

13.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.20. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução do contrato;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.21. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.22. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada

por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.26. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

13.28. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

13.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

13.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.33. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

13.34. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A participação no certame exigirá que a licitante comprove sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como sua capacidade específica para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

14.2. A documentação deverá ser apresentada de forma completa, válida e legível, sendo admitidos documentos em formato digital, conforme legislação vigente.

Habilitação Jurídica, conforme o caso:

14.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

14.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.10. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.13. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.15. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

14.15.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis de acordo com o [Art. 43 § 1º da Lei compl. 147 de 07 de agosto de 2014 que alterou a Lei Compl. 123/06](#), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

14.15.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

14.15.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no 156, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

Qualificação Econômica e Financeira:

14.16. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias da apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade;

14.17. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação das propostas.

14.18. Balanço patrimonial, demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observada a exceção disposta no § 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação dos Documentos de Habilitação;

14.19. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados pelo responsável legal da licitante e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional;

14.20. Se necessária a atualização do balanço, com suas demonstrações contábeis, e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo responsável legal da licitante e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional;

14.21. O balanço patrimonial deverá estar registrado ou na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa da licitante e apresentado de acordo com os incisos de I a III, ou autenticado por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as empresas que utilizem o sistema eletrônico de escrituração e que tenham seus documentos registrados na Junta Comercial, apresentado conforme inciso IV:

I. sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia

do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme disposto no § 2º do art. 5º do Decreto-lei nº 486/1969;

II. sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação ou cópia registrada ou autenticada no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

III. sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede. Caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

IV. para as empresas que escrituram por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, impressão dos seguintes arquivos gerados pelo referido sistema:

- a)** termo de autenticação com a identificação do autenticador;
- b)** balanço patrimonial e demonstrações contábeis;
- c)** termo de abertura e encerramento;
- d)** requerimento de autenticação de Livro Digital;
- e)** recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital.

14.22. As sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de um ano de existência deverão apresentar balanço conforme abaixo discriminado, com a assinatura do sócio-gerente e do Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional e autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante:

- a)** balanço de abertura, no caso de sociedades sem movimentação;
- b)** balanço intermediário, no caso de sociedades com movimentação.

14.23. A aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,0$$

Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,0$$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

14.24. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Fundação Educacional do Município de Assis, e, a critério da autoridade competente, o capital social mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

14.25. Os índices serão apresentados em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento.

14.26. Verificado erro de cálculo dos índices financeiros caberá ao Agente de Contratação promover diligência para correção.

Qualificação Técnico-Operacional:

14.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

14.29. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 07 (sete) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

14.30. Comprovação que já executou contrato(s) com, **no mínimo 12 (doze) colaboradores**, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratadas em decorrência desta licitação.

14.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

14.32. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

14.33. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

14.34. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

14.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.36. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 4.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Outras comprovações:

14.37. Declaração Unificada subscrita por representante legal do licitante, conforme modelo no anexo III.

Disposições Finais da Habilitação:

14.38. A ausência, incompletude ou irregularidade dos documentos implicará

inabilitação;

14.39. Serão aceitas certidões positivas com efeito negativo, quando legalmente previstas;

14.40. O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos sítios dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

15. VISITA TÉCNICA

15.1. A visita técnica será facultativa, para fins de verificação das áreas de execução dos serviços, sendo que a mesma poderá ser realizada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, em horário de expediente com agendamento prévio pelo e-mail vanusa.cadete@fema.edu.br e servicosgerais@fema.edu.br ou pelo telefone (18) 3302-1055 – Ramal 1044 (com a Chefe de Departamento da Seção de Serviços Gerais – Vanusa Cadete ou Cláudio Aparecido) das 8h às 12 h e das 14h às 17h.

15.1.1. O motivo da visita é para os licitantes interessados conhecerem as características, dificuldades e condições dos locais onde serão executados constantes no Termo Referencial deste Edital, de modo a obter, para sua utilização e por sua exclusiva responsabilidade, todas as informações para elaboração de sua proposta.

15.1.2. O ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (ANEXO III – A) não é obrigatório e a sua ausência não será motivo de Inabilitação do participante.

15.1.3. Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executado os serviços, nos moldes da declaração constante no **ANEXO III - B do EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES.**

15.1.4. *A participação do licitante implica na aceitação das condições impostas no edital, não podendo fazer alegações futuras de que NÃO TINHA CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.*

16. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

16.1. As sanções aplicáveis estarão de acordo com o estabelecido no Edital, Termo de Contrato e nos artigos de 155 a 163 da legislação vigente, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17. DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A rescisão seguirá o estabelecido no Termo de Contrato e nos artigos [137 a 139 da Lei nº 14.133/2021](#), permitindo a dissolução do contrato em casos de descumprimento ou outras circunstâncias legais previstas na legislação aplicável.

18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

18.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados do(a) a partir do dia da emissão da Ordem de Serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.1.1. Em caso de prorrogação, os preços poderão ser reajustados, observando-se a cláusula décima terceira do termo de contrato, a legislação vigente e eventuais negociações entre as partes, conforme permitido pela norma.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

20. DAS ALTERAÇÃO CONTRATUAIS

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art.](#)

[132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

20.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

20.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A execução do presente contrato deverá observar integralmente as disposições deste Termo de Referência, do Documento de Formalização de Demanda – DFD, do Estudo Técnico Preliminar – ETP, do edital, da proposta vencedora e demais normas aplicáveis, que passam a integrar o instrumento contratual para todos os fins.

21.2. Os casos omissos ou situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pela Contratante, observada a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, podendo ser consultada a Procuradoria Jurídica da FEMA, quando necessário.

21.3. A Contratada obriga-se a cumprir todas as exigências legais, regulamentares e técnicas inerentes à execução dos serviços, ficando sujeita às sanções administrativas, civis e penais decorrentes do descumprimento de suas obrigações.

21.4. As comunicações oficiais entre Contratante e Contratada deverão ser realizadas por meio de correspondência formal, preferencialmente por sistema eletrônico institucional, ou por outros meios previstos no contrato, devendo todas as manifestações ser registradas e arquivadas.

21.5. A Contratante poderá, mediante justificativa técnica e desde que não haja alteração do equilíbrio econômico-financeiro, solicitar ajustes operacionais relacionados à distribuição dos colaboradores, metodologias, escalas ou rotinas de limpeza, desde que compatíveis com o objeto contratual.

21.6. O início da execução contratual implica plena concordância da Contratada com

todas as condições, normas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos do processo licitatório.

21.7. A Contratada será responsável por todos os danos diretos ou indiretos decorrentes de sua atuação, inclusive aqueles causados por seus empregados, prepostos ou representantes, devendo ressarcir integralmente a Contratante sempre que houver prejuízo ao patrimônio público.

21.8. A Contratante se reserva o direito de realizar auditorias, inspeções e verificações a qualquer tempo, visando assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e a adequada prestação do serviço.

21.9. O presente Termo de Referência poderá ser alterado, revisado ou atualizado pela Contratante, mediante justificativa técnica, durante a fase de planejamento, antes da publicação do edital, para adequação às necessidades institucionais.

21.10. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Assis/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO I – A - formulário de avaliação dos serviços (instrumento de medição de resultados - IMR)

**Avaliação Da Qualidade Dos Serviços De Limpeza, Asseio E Conservação
Predial**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Este documento define a metodologia para a avaliação dos serviços prestados, descrevendo os critérios e as pontuações a serem empregados na gestão contratual. Os resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicarão os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados em conformidade com o Termo de Referência.

1.2. Note que o valor devido à Contratada, a título de pagamento, poderá eventualmente sofrer descontos em função da pontuação por ela obtida por ocasião do Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades cabíveis.

1.3. A adoção desses critérios assegurará ao Contratante instrumentos para avaliação e o controle efetivo da qualidade da prestação dos serviços, de forma a obter condições adequadas de salubridade e higiene nos ambientes envolvidos.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A avaliação da Contratada na Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

- a)** Equipamentos, produtos e técnicas de limpeza; e
- b)** Inspeção dos serviços nas áreas.

2.2. Caberá ao Contratante designar o gestor e o(s) fiscal(is) responsável(is) pelo acompanhamento das atividades a serem executadas, emitindo certificados mensais de prestação e avaliação dos serviços, observando, entre outros, os seguintes critérios:

- Avaliação de limpeza de todas as superfícies fixas horizontais e verticais;
- Avaliação da execução dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação

Predial;

- Reabastecimento de descartáveis como papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido e sacos para o acondicionamento dos resíduos;
- Avaliação das condições de limpeza dos dispensadores de sabonete;
- Avaliação dos produtos utilizados, com a correta diluição em quantidade adequada para a execução das tarefas;
- Verificação dos cestos e sacos de lixo adequados em cada recipiente, observando-se a quantidade de lixo, que não deve ultrapassar 2/3 da capacidade;
- Avaliação das condições de manutenção da ordem e limpeza no que tange à higienização; e
- O piso deve estar seco, limpo e com enceramento.

2.3. Este procedimento está vinculado ao contrato de Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, integrando as especificações técnicas como parte das obrigações e responsabilidades do Contratante, e deverá ser efetuado periodicamente no processo de fiscalização da execução dos serviços, de forma a gerar relatórios mensais que poderão conter fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios.

3. OBJETIVO

3.1. Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada na execução do contrato de Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial.

4. REGRAS GERAIS

4.1. A avaliação da Contratada na Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial se faz por meio de pontuação em conceitos de "Ótimo", "Bom", "Regular" e "Ruim" em cada um dos itens vistoriados, que se encontram descritos neste item 4, constituindo o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.

4.2. Conceitos da Pontuação a ser Utilizada em Todos os Itens:

ITEM	CONCEITO	DESCRIÇÃO
A)	ÓTIMO	<p>Refere-se à conformidade total dos critérios, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de poeira; • Inexistência de sujeira; • Vidros limpos; • Todos os dispensadores limpos e abastecidos corretamente; • Recipientes para o acondicionamento dos resíduos limpos, com embalagens adequadas e volume até 2/3; • Empregados devidamente treinados, uniformizados e utilizando EPIs adequados; • Materiais e produtos padronizados e em quantidade suficiente.
B)	BOM	<p>Refere-se à conformidade parcial dos critérios, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ocorrência de poeira em local isolado; ✓ Ocorrência isolada de lixeira fora do padrão; ✓ Ocorrência isolada no reabastecimento.
C)	REGULAR	<p>Refere-se à desconformidade parcial dos critérios, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Ocorrência de poeira em vários locais; ○ Ocorrência de várias lixeiras fora do padrão; ○ Ocorrências por falta de reabastecimento; ○ Piso sujo e molhado.
D)	RUIM	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Refere-se à desconformidade total dos critérios, como: ▪ Poeira e sujeiras em salas, escritórios e demais dependências; ▪ Ocorrência de poeira em superfícies fixas e visíveis; ▪ Não reabastecimento de descartáveis, uso incorreto dos sacos de lixo nos recipientes; ▪ Lixeiras sujas e transbordando; ▪ Piso molhado ou sujo, oferecendo risco de acidentes; ▪ Não cumprimento do plano de atividades e do cronograma de limpeza sem justificativas ou sem comunicação com o Contratante;

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Empregado com uniforme e EPIs incompletos; ▪ Execução de limpeza sem técnica adequada; ▪ Materiais, produtos ou equipamentos incompletos ou em quantidade insuficiente; ▪ Sanitários e vestiários sujos.
--	--	---

4.3. Itens de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza Prestados:

Especificações Técnicas e Boas Práticas	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Apresentação dos documentos que comprovam que os produtos utilizados, EPIs, aparelhos e instrumentos respeitam as especificações técnicas e socioambientais requeridas.				
Apresentação das medidas adotadas para a redução do consumo de água e energia.				
Comprovação dos treinamentos realizados no período				

4.4. Todos os Ambientes:

ITENS	DESCRIÇÃO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
1	Armários (face externa)					
2	Batentes					
3	Filtros e/ou bebedouros					
4	Mesas					
5	Cadeiras					
6	Móveis em geral					
7	Cortinas e/ou persianas					
8	Placas indicativas					
9	Divisórias					
10	Dispensadores de papel toalha					
11	Dispensadores de papel higiênico					
12	Escadas					

13	Elevadores					
14	Espelhos e interruptores					
15	Espelhos e tomadas					
16	Gabinets (pias)					
17	Interruptores					
18	Janelas (face externa)					
19	Janelas (face interna)					
20	Luminárias (similares)					
21	Luzes de emergência					
22	Maçanetas					
23	Prateleiras					
24	Paredes					
25	Pias					
26	Torneiras					
27	Corrimãos					
28	Cestos de lixo					
29	Tomadas					
30	Pisos					
31	Peitoril das janelas					
32	Quadros em geral					
33	Portas					
34	Extintores de incêndio					
35	Ralos					
36	Rodapés					
37	Saídas de ar-condicionado					
38	Saboneteiras (face externa)					
39	Teto					
40	Telefones					
41	Ventiladores					

42	Vidros internos					
43	Vidros externos (face interna)					
44	Vidros externos (face externa)					

4.5. Sanitários/Vestiários:

ITENS	DESCRIÇÃO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
1	Abastecimento de material higiênico					
2	Azulejos					
3	Box					
4	Chuveiros					
5	Cestos de lixo					
6	Dispensadores de papel toalha					
7	Dispensadores de papel higiênico					
8	Divisórias (granito)					
9	Espelhos					
10	Gabinetes					
11	Interruptores					
12	Janelas					
13	Luminárias (e similares)					
14	Parapeitos					
15	Pias					
16	Pisos					
17	Portas (batentes, maçaneta)					
18	Ralos					
19	Rodapés					
20	Saboneteiras (face externa)					
21	Saídas de ar condicionado					

22	Tomadas					
23	Torneiras					
24	Teto					
25	Válvulas de descarga					
26	Vasos sanitários					
27	Vidros Box					
28	Vidros externos (face externa)					
29	Vidros externos (face interna)					
30	Vidros internos					

4.6. Áreas com Espaços Livres, Saguão, Hall e Salão:

ITENS	DESCRIÇÃO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
1	Calçadas					
2	Elevadores					
3	Escadas					
4	Pisos					
5	Rampas					

4.7. Equipamentos e Utensílios de Limpeza:

ITENS	DESCRIÇÃO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
1	Equipamentos					
2	Produtos de limpeza					

4.8. Apresentação/Uniformes:

ITENS	DESCRIÇÃO	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
1	Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)					
2	Uniforme					

5. CRITÉRIOS

Na avaliação devem ser atribuídos ao Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços os valores respectivos aos conceitos para cada um dos itens avaliados:

CONCEITO	VALORES
ÓTIMO	100
BOM	80
REGULAR	50
RUIM	30

6. RESPONSABILIDADES

6.1. Fiscal(is) do Contrato

I - Responsável pela verificação da efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS, bem como quanto a outros aspectos administrativos do cumprimento do contrato, e pela informação de todas as circunstâncias relevantes ao fiscal técnico para que este preencha o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços e consolide a avaliação de desempenho da Contratada;

II - responsável pela avaliação da execução do objeto e do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, pela consolidação da avaliação de desempenho da Contratada com a inclusão da avaliação dos aspectos administrativos feita pelo fiscal administrativo, pela elaboração do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, com a apresentação das justificativas para os itens avaliados com conceitos "Bom", "Regular" ou "Ruim", pelo encaminhamento de uma via do Formulário e das justificativas à Contratada, e pelo encaminhamento de toda documentação ao gestor do contrato.

6.2. Gestor do Contrato

- a) Responsável pela verificação das avaliações recebidas;
- b) Responsável pela aplicação na medição correspondente do respectivo percentual de liberação da fatura, que ensejará descontos a depender do desempenho, garantindo a defesa prévia à Contratada.

7. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

7.1. Cabe à Unidade responsável, por meio do(s) fiscal(is) do contrato e com base na relação de itens a serem avaliados e no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.

7.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal nos termos do item 6, deve encaminhar, com observância dos prazos do Termo de Referência, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberam conceitos “Bom”, “Regular” ou “Ruim”, para o gestor do contrato, bem como deve encaminhar 1 (uma) via dos Formulários e das justificativas à Contratada.

7.3. Mensalmente, o gestor do contrato verificará a avaliação de desempenho da Contratada realizada pelo(s) fiscal(is) com base em todos os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante este período, utilizando-se do Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados. De posse dessa avaliação, o gestor do contrato deve aplicar na medição correspondente o respectivo percentual de liberação da fatura conforme previsto neste procedimento, que ensejará descontos a depender do desempenho, cabendo ao gestor do contrato garantir a defesa prévia à Contratada.

8. DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

8.1. Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio/Conservação Predial.

8.2. Exemplo de Formulário de Ocorrências para Manutenção.

ANEXO I-B - Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratada:			
Responsável pela fiscalização:			
Gestor do contrato:			

Quantidade de Itens Vistoriados = X

Conceito	Quantidade de itens vistoriados (a)	Equivalência (b)	Pontos obtidos (Y= a x b)
ÓTIMO		x 100	
BOM		x 80	
REGULAR		x 50	
RUIM		x 30	
Total			

A nota (N) será obtida mediante o resultado do somatório total dos pontos obtidos (Y) dividido pelo número de itens vistoriados (X).

$$N = \frac{\sum Y}{X}$$

Resultado Final:

Percentual de Liberação	Nota Obtida na Avaliação
Liberação Total da Fatura	Nota Maior ou Igual a 90 Pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 70 e menor que 90 pontos
Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 60 e menor que 70 pontos

Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 50 e menor que 60 pontos
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 50 pontos

Nota:	Assinatura do fiscal do contrato	Assinatura do responsável da Contrada:	Assinatura do Gestor do Contrato:

ANEXO I-C - Formulário De Ocorrências Para Manutenção – Exemplo

CONTRATO NÚMERO:	ADMINISTRADOR:		
EMPRESA CONTRADA:		ENCARREGADO:	
CONTRATANTE:		ÁREA (ENDEREÇO):	

DATA:	TIPOS DE OCORRÊNCIAS:	
____/____/____	<input type="checkbox"/> TORNEIRAS <input type="checkbox"/> BEBEDOUROS/PURIFICADORES DE ÁGUA <input type="checkbox"/> LÂMPADAS FIOS E TOMADAS <input type="checkbox"/> EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS <input type="checkbox"/> ACESSÓRIOS <input type="checkbox"/> UTILIZAÇÃO INDEVIDA (ÁGUA/ENERGIA) <input type="checkbox"/> OUTROS: _____	
	DESCRIPTIVO:	
	<input type="checkbox"/> VAZAMENTOS <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÕES AJUSTES <input type="checkbox"/> OUTROS (DISCRIMINAR)	
	LOCAL	CIENTE CONTRATANTE (visto e data)
DATA:	TIPOS DE OCORRÊNCIAS:	
____/____/____	<input type="checkbox"/> TORNEIRAS <input type="checkbox"/> BEBEDOUROS/PURIFICADORES DE ÁGUA <input type="checkbox"/> LÂMPADAS FIOS E TOMADAS <input type="checkbox"/> EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS <input type="checkbox"/> ACESSÓRIOS <input type="checkbox"/> UTILIZAÇÃO INDEVIDA (ÁGUA/ENERGIA) <input type="checkbox"/> OUTROS: _____	
	DESCRIPTIVO:	
	<input type="checkbox"/> VAZAMENTOS <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÕES AJUSTES <input type="checkbox"/> OUTROS (DISCRIMINAR)	
	LOCAL	CIENTE CONTRATANTE (visto e data)
DATA:	TIPOS DE OCORRÊNCIAS:	

_____ / _____ / _____	<input type="checkbox"/> TORNEIRAS <input type="checkbox"/> BEBEDOUROS/PURIFICADORES DE ÁGUA <input type="checkbox"/> LÂMPADAS FIOS E TOMADAS <input type="checkbox"/> EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS ACESSÓRIOS <input type="checkbox"/> UTILIZAÇÃO INDEVIDA (ÁGUA/ENERGIA) <input type="checkbox"/> OUTROS: _____	
	DESCRIPTIVO: <input type="checkbox"/> VAZAMENTOS <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÕES AJUSTES <input type="checkbox"/> OUTROS (DISCRIMINAR)	
	LOCAL	CIENTE CONTRATANTE (visto e data)

ANEXO II - MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA

(1. Uso obrigatório por todas as proponentes)

(2. Proposta inicial não deve conter nenhuma identificação da proponente)

(3. Proposta readequada com identificação da proponente)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, abrangendo o fornecimento integral de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, conforme condições, especificações técnicas, rotinas, frequências e quantitativos estabelecidos no Documento de Formalização de Demanda – DFD e neste Termo, pelo prazo de 12 (doze) meses.

A empresa [RAZÃO SOCIAL], estabelecida na [CIDADE]/[ESTADO] [endereço completo], [telefone, fax e endereço eletrônico], se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, CPF nº e RG nº.....,, (endereço), propõe fornecer, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico referenciado:

Item	Descrição resumida	Unidade de fornecimento	Quantidade de fornecimento	Valor mensal	Valor anual
1	Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial com a disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, EPIS, materiais e equipamentos, em todo o campus da fema, a serem	Mês	12	R\$	R\$



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

	executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra				
--	--	--	--	--	--

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ 0,00 (Valor por extenso)

Declarações:

Declaramos total concordância com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declaramos, também, que os valores acima ofertados estão incluídos, além dos lucros, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto da contratação.

Declaramos ainda, que os serviços prestados serão realizados de acordo com as condições e especificações desta contratação.

Por fim, declaramos que, em caso de adjudicação do objeto, apresentaremos a Planilha de Custos e Formação de Preços devidamente ajustada ao lance vencedor, como condição indispensável para a assinatura do contrato, em estrita observância a Lei nº 14.133/2021 e às exigências contidas no edital e seus anexos.

VALIDADE DA PROPOSTA:

A validade da Proposta é de: _____ dias (mínimo de 90 dias).

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO:

Banco: _____

Agência: _____ Conta corrente n.º _____ Dígito
n.º _____

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ - RG: _____ - ORGÃO EMISSOR

Endereço residencial completo: -----

E-mail institucional -----

E-mail pessoal: -----

Telefone(s): (XX) XXXXXXXXXXXXXXXXXX

[LOCAL], [DIA] de [MÊS] de 2026.

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

(Em papel timbrado da licitante)

Ref. Processo Licitatório nº XXX/2026 – Pregão Eletrônico nº XXX/2026.

[RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ/MF Nº....., sediada na cidade de [NOME DA CIDADE/ESTADO], na [endereço completo], neste ato representada pelo senhor(a) [NOME COMPLETO], portador do RG nº-... e CPF Nº-..., DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação no processo de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, abrangendo o fornecimento integral de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, conforme condições, especificações técnicas, rotinas, frequências e quantitativos estabelecidos no Documento de Formalização de Demanda – DFD e no Termo de Referência, pelo prazo de 12 (doze) meses, o que se segue:

a. Que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021:

☐ **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

a.1. (somente para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) que estamos ciente da limitação dos benefícios prevista no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, relacionados com a receita bruta máxima obtida para fins de enquadramento;

a.2. (somente para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei

Complementar nº 123/2.006, alterada, cujos termos declara conhecer na íntegra.

b. Que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

c. Que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

e. Que a empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme Inciso III do art. 14 da Lei 14.133/2021.

f. Que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

g. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relacionadas com o objeto da licitação;

h. Que atende ao Inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.

i. Que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/2002.

j. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto aos participantes da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário

Oficial do Estado de São Paulo.

[LOCAL], [DIA] de [MÊS] de 2026.

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade

ANEXO III-A - ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA (FACULTATIVO)

(Emitido pela FEMA)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

EMPRESA:	
CNPJ/MF nº	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	FAX:
NOME REPRESENTANTE LEGAL:	
CPF n.º	

Atestamos, para fim de direito, que a empresa acima identificada, por intermédio do seu representante legal, realizou vistoria técnica nas instalações da FEMA – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS, situada na Avenida Getúlio Vargas, 1.200 – Vila Nova Santana, no município de Assis/SP.

Durante a visita, a empresa teve a oportunidade de verificar as condições e características dos locais relacionados à execução dos serviços objeto do presente certame, obtendo informações relevantes que possam influenciar na formulação de sua proposta.

Declara-se que a realização da visita técnica é de caráter estritamente facultativo, servindo unicamente para subsidiar o licitante com informações adicionais que julgar pertinentes. A não apresentação deste atestado não implicará em desclassificação ou inabilitação, conforme disposto no edital.

A participação na licitação pressupõe que o proponente se responsabiliza integralmente pelo conhecimento das condições e peculiaridades do local de execução dos serviços, não podendo, em hipótese alguma, alegar desconhecimento para fins de reivindicação futura.



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

Assis/SP, _____ de _____ de 2026.

Fundação Educacional do Município de Assis
Responsável

Nome do Representante Legal

Razão Social

Assinatura do representante da empresa

ANEXO III-B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES.

(Elaborada pelo licitante em papel timbrado)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ/MF Nº....., sediada na cidade de [NOME DA CIDADE/ESTADO], na [endereço completo], neste ato representada pelo senhor(a) [NOME COMPLETO], portador do RG nº-... e CPF Nº-..., Declaramos, sob as penalidades da lei, para fins de participação do Pregão Eletrônico nº ____/2026, que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assumimos total responsabilidade por esse fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a FEMA.

Assis/SP, _____ de _____ de 2026.

Nome do Representante Legal

Razão Social

Assinatura do representante da empresa

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a FEMA – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1200, CEP 19807-130 em Assis, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 51.501.559/0001-36, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo seu Diretor Executivo Sr. [NOME COMPLETO], portador do CPF sob nº XXXXXXXX e RG sob o nº XXXXXXX - XXX residente na [ENDEREÇO COMPLETO] - [CIDADE] - [ESTADO] e, de outro lado, a empresa [RAZÃO SOCIAL], estabelecida [ENDEREÇO COMPLETO], na cidade de [CIDADE] - [ESTADO], inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXX, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo(a) Sr(a) [NOME COMPLETO], portador do CPF sob nº XXXXXXXX e RG sob o nº XXXXXXX - XXX residente na [ENDEREÇO COMPLETO] - [CIDADE] - [ESTADO], formalizam entre si o presente ajuste, em razão do Processo Licitatório n.º XXX/2026 – Pregão Eletrônico n.º XXX/2026, já homologado e adjudicado, e na conformidade das cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, abrangendo o fornecimento integral de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, conforme condições, especificações técnicas, rotinas, frequências e quantitativos estabelecidos no Documento de Formalização de Demanda – DFD e neste Termo.

1.2. O fornecimento do objeto deste Contrato obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante

enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta Final da **CONTRATADA**;

1.2.2. Edital do Pregão Eletrônico Nº 001/2026 e seus anexos;

1.2.3. Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

1.3. Os documentos referidos na Cláusula supracitadas são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

2.1. Importa o presente contrato no valor mensal de R\$ 0,00 (valor por extenso), perfazendo o valor anual de R\$ 0,00 (valor por extenso), proveniente da proposta final apresentada pela CONTRATADA.

2.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor indicado nesta Cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

2.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, devido à presente contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante o CONTRATANTE, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O prazo e as condições para pagamento à CONTRATADA encontram-se definidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital, que constitui parte integrante

deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de verbas codificadas sob a rubrica:

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.3.90.39.78 - Limpeza e Conservação

Fichas das Despesas: **009 e 039**

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) a partir do dia da emissão da Ordem de Serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

5.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e)** Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

5.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá

pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

5.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação

5.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

5.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

5.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Além das obrigações constantes no Documento de Formalização de Demanda, Edital e no Termo de Referência, a CONTRATANTE deverá:

6.1.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada no Contrato;

6.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa prestar os serviços dentro das normas do contrato;

- 6.1.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos, necessários à prestação dos serviços, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.1.4.** Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.
- 6.1.5.** Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
- 6.1.6.** Não permitir que a CONTRATADA execute os serviços em desacordo com o preestabelecido no Termo de Referência;
- 6.1.7.** Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.
- 6.1.8.** Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- 6.1.9.** Emitir a Ordem de Serviço;
- 6.1.10.** Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado da CONTRATADA, cujo comportamento ou capacidade técnica seja, julgado inconveniente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais;
- 6.1.11.** Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços;
- 6.1.12.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 6.1.13.** Determinar as sanções administrativas decorrentes da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 6.1.14.** Promover a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, por intermédio de profissional designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo as medidas corretivas necessárias, bem como acompanhar o desenvolvimento do contrato.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações resultantes da Lei Federal nº 14.133/21, e, as constantes no Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, no Edital e seus anexos, a CONTRATADA se obriga a:

- 7.1.1.** Executar os serviços objeto deste contrato, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado;
- 7.1.2.** Cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.1.3.** Ser a única responsável pelas despesas com mão de obra e encargos, bem como por toda e qualquer despesa que venha incidir de maneira direta, indireta e civis na realização do objeto do presente contrato;
- 7.1.4.** Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;
- 7.1.4.1.** A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;
- 7.1.5.** Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 7.1.5.1.** Nomear dentre os colaboradores alocados na CONTRATANTE um encarregado para toda a equipe com habilidade e conhecimento adequados na execução de serviços, que deverá liderar e orientar a equipe de trabalho na realização das atividades de conservação e limpeza e acompanhar o check list das rotinas, bem como, controlar a distribuição de materiais e tarefas e escalas dos colaboradores.
- 7.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.1.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#)), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em

razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

7.1.11. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação;

7.1.12. Facilitar a inspeção pela FEMA, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes a execução dos serviços;

7.1.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

7.1.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja

sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

7.1.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

7.1.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

7.1.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

7.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

7.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

7.1.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

7.1.24. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

7.1.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a

conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado

7.1.26. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;

7.1.27. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

7.1.28. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

7.1.29. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

7.1.30. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

7.1.31. Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

7.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

17.1.33. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

7.1.34. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

7.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

7.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;

7.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

7.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

7.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos [§§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do [inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no [artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. A execução compreenderá no atendimento pela CONTRATADA de todos os requisitos constantes no termo de referência.

8.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA, serão recebidos e conferidos, visando certificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura/documentos fiscais e trabalhistas).

8.3. Os serviços serão prestados de acordo com o constante no Termo de Referência e somente efetuado pela CONTRATADA e deverá ser recebido pela fiscalização deste contrato, mediante a expedição de recibo apostado na Nota Fiscal, para verificação da integridade, e sendo aprovados, nos exatos termos deste Edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento.

8.4. O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua prestação.

8.5. O CONTRATANTE não aceitará ou receberá qualquer serviço com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste contrato, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo a CONTRATADA efetuar alterações necessárias em prazo a ser determinado, sem direito a indenização, sob pena de aplicação de sanções

previstas neste contrato.

8.6. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto no Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, podendo rescindi-lo e aplicar as sanções constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7. Os serviços deverão ser prestados na sede da FEMA, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1200, Vila Nova Santana, Assis/SP.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização de que se trata esta cláusula deverá ser executado na forma e condições estabelecidos no termo de referência.

9.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato serão realizados pelo fiscal de contrato nomeado na Portaria nº 75, de 26 de agosto de 2025, senhor Roque Vinicius Isidio Teodoro Dias, e consistem na verificação da correta prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

9.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente e aplicável.

9.4. A fiscalização de que trata essa cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus usuários, em conformidade normativa da [NLLC nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE FISCAL, TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Constitui obrigação da CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, inclusive aquelas relativas à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. O

descumprimento desta obrigação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação e neste instrumento contratual.

10.2. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela contratação, remuneração, gestão, direção técnica e disciplinar de seus empregados, bem como pelo integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e fundiárias, inclusive salários, adicionais legais ou normativos, benefícios previstos em convenção coletiva, encargos sociais, seguros, indenizações e demais verbas decorrentes da relação de trabalho, inexistindo qualquer vínculo jurídico ou trabalhista entre tais empregados e a CONTRATANTE.

10.3. O eventual inadimplemento, total ou parcial, das obrigações trabalhistas, previdenciárias ou correlatas por parte da CONTRATADA não transfere automaticamente à FEMA a responsabilidade por seu pagamento, nos termos do entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e do Recurso Extraordinário nº 760.931 (Tema 246 da Repercussão Geral).

10.4. A responsabilidade da CONTRATANTE somente poderá ser reconhecida mediante comprovação inequívoca de conduta culposa, caracterizada por falha grave e devidamente demonstrada no dever de fiscalização da execução contratual, não se presumindo tal culpa pela mera ocorrência de inadimplemento trabalhista, conforme jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal.

10.5. Para fins de atendimento ao dever legal de fiscalização previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE exercerá acompanhamento contínuo da execução do contrato, conforme estabelecido no item 5 do Termo de Referência e Cláusula Nona deste contrato, bem como procederá:

- I – verificação periódica do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- II – exigência de apresentação de documentos comprobatórios antes da liberação de pagamentos;
- III – adoção de medidas administrativas e sancionatórias cabíveis em caso de irregularidades.

10.6. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não implica solidariedade,

subordinação jurídica ou ingerência na gestão da CONTRATADA, mantendo-se íntegra a natureza terceirizada da relação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.1.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por

meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas

descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

(2) Moratória de 0,5 (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

a) Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização: Para a infração descrita nesta alínea, a multa será de 0,8% (oito décimos por cento) do valor do contrato por serviço não executado e por dia de atraso;

b) Extravio ou dano de documentos em formato de papel e em formato especial: Para a infração descrita nesta alínea, a multa será de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor do contrato por unidade extraviada ou danificada e por dia de atraso;

c) Deixar de devolver o acervo documental dentro do prazo determinado: Para a infração descrita nesta alínea, a multa será de 3,2% (três inteiros e dois décimos por

cento) do valor do contrato por unidade e por dia de atraso.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou

em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

13.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada.

13.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

13.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

13.4. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

13.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços ([art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias ([art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

13.8. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e

direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade ([art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

13.9.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

13.10. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPC-A FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

13.10.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.10.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.10.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.10.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

13.11. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

13.12. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

13.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

13.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

13.15. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

13.16. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o

novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

13.17. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

13.18. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que for apresentada, pela Contratada, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados ([art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.19. O prazo referido no subitem anterior não se iniciará enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

13.20. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

13.21. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no [art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.22. Se ocorrer repactuação para valor maior, a Contratada deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

13.23. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços, desde que comprovada pela Contratada a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo ao Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A garantia da contratação será exigida conforme os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, e deverá ser prestada no prazo de convocação para formalização da contratação, antes da celebração do contrato. O fornecedor poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a. Caução em dinheiro: Deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

b. Caução em títulos da dívida pública: Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

c. Fiança bancária: Deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d. Seguro-garantia: A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria.

16.2. A Contratada deverá apresentar garantia no percentual de **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, que corresponde a R\$ 0,00 (valor por extenso)**, nos termos do artigo 98 da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e até 90 (noventa) dias após o término da sua vigência, devendo ser renovada a cada prorrogação.

16.3. A garantia deverá atender às exigências especificadas no respectivo Edital e no correspondente Contrato.

16.4. A devolução da garantia não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

16.5. A falta de prestação de garantia, no prazo aqui definido, importará na desclassificação da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA OBSERVÂNCIA DE NORMAS CORRELATAS

17.1. As partes declaram que seus atos estão e permanecerão em conformidade com as legislações aplicáveis relativas às normas de *compliance* e leis aplicáveis que proíbem o recebimento de vantagem indevida entre as partes, incluindo, sem limitação, aquelas impostas internacionalmente e as executadas no país onde o negócio está sendo conduzido e/ou lugar da CONTRATANTE, neste caso, a lei brasileira de nº 12.846/2013 que versa sobre anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. O contratante e o contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

18.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis a própria execução dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

18.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

18.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

18.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

18.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

18.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

18.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades

competentes.

18.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

18.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

18.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

18.12. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

18.13. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

18.14. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A CONTRATADA se responsabiliza pela perfeita execução deste Contrato, obrigando-se a executá-lo com a observância de todas as normas legais, regulamentares, técnicas e éticas que envolvam a execução, realização e

fornecimento de bens e serviços inerentes ao mesmo.

19.2. A CONTRATADA não poderá transferir ou subcontratar o objeto deste Contrato, no todo ou em parte, sob pena de rescisão.

19.3. Aplica-se a este contrato o regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei 14.133/2021 e subsidiariamente a Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro.

19.4. A eventual invalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer dispositivo contratual não afetará as demais disposições deste instrumento, as quais permanecerão em pleno vigor e efeito.

19.5. A inércia ou renúncia em tomar providências contra uma violação deste Contrato ou a falha por qualquer das partes no exercício de qualquer direito sob este Contrato em hipótese alguma constituirá uma novação ou renúncia em tomar providências em relação a qualquer violação futura, de natureza similar ou diversa, nem renúncia ao exercício de qualquer direito futuro sob este Contrato.

19.6. As partes são contratantes independentes e autônomos. Fica expressamente estipulado que não se estabelece entre as partes, por força deste Contrato, nenhuma relação de sociedade, associação, consórcio, representação, agência ou *joint venture*, e nenhuma das partes estará autorizada a representar ou assumir direitos e obrigações em nome das demais partes.

19.7. Todas as notificações, avisos ou demais comunicações permitidos ou exigidos sob este Contrato serão realizados por escrito e enviados à Parte destinatária, no endereço indicado no preâmbulo com aviso de recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

20.1. Fica eleito o foro competente da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, como o único competente para a resolução de todas as disputas e/ou controvérsias que sejam decorrentes do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo

assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Assis, XX de XXXX de 2026.

AS PARTES:

1) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS - FEMA

Gustavo Gomes Silva
Diretor Executivo

2) RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA VENCEDORA

NOME COMPLETO
CARGO

TESTEMUNHAS:

NOME
RG

NOME
RG

EXTRATO DE TERMO CONTRATO Nº XXX/2026

Ref.: Processo Licitatório nº 003/2026 – Pregão Eletrônico nº 001/2026 - Contratada: ----- – CNPJ/MF n. ----- - Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, abrangendo o fornecimento integral de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, pelo prazo de 12 (doze) meses. Valor mensal: R\$ ----- - Valor Anual: R\$ ----- .

Assis, XX de XXXXXX de 2026.

Gustavo Gomes Silva
Diretor Executivo

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(Contratos)

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, abrangendo o fornecimento integral de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, pelo prazo de 12 (doze) meses.

ADVOGADO: **OAB/SP** **E-MAIL:**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Assis, XX de XXXX de 2026.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ - RG: _____ - ORGÃO EMISSOR: _____
Data de Nascimento: XX/XX/XXXXXX
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): (XX) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo **CONTRATANTE:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ - RG: _____ - ORGÃO EMISSOR: _____
Data de Nascimento: XX/XX/XXXXXX
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): (XX) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Assinatura: _____



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

Pela **CONTRATADA:**

Nome: -----

Cargo: -----

CPF: ----- - RG: ----- - ORGÃO EMISSOR-----

Data de Nascimento: XX/XX/XXXXXX

Endereço residencial completo: -----

E-mail institucional -----

E-mail pessoal: -----

Telefone(s): (XX) XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

ANEXO V – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026****PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS***Deve ser impressa em papel timbrado da empresa participante na licitação***PROCESSO LICITATÓRIO Nº****PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, abrangendo o fornecimento integral de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo, equipamentos, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços

PROPONENTE:**CNPJ:****ENDEREÇO:****TELEFONE/FAX:****E-MAIL DE CONTATO:**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2026
B	Município/UF	Assis/SP
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	Convenção do ano de 2026 do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo – SEACSP/SIEMACO, conforme Convenção coletiva que se enquadra a região de Assis/SP.
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do serviço

Tipo de serviço		Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
I	Auxiliar de Limpeza	23
II	Auxiliar de Limpeza + acúmulo de função (encarregado)	01

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 0,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Auxiliar de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026
6	Carga Horária	44h

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base		0,00
B	Adicional de acúmulo de função	20%	0,00
C	Adicional de insalubridade	40%	0,00
D	Adicional noturno		0,00
E	Adicional de Hora Extra		0,00
F	Intervalo Intrajornada		0,00
G	Descanso semanal remunerado		0,00
H	Outros (Especificar)		0,00
TOTAL REMUNERAÇÃO			

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Benefícios Mensais e Diários	%	Valor (R\$)
A	Transporte		0,00
B	Auxílio-Refeição		0,00
C	Assistência médica e familiar		0,00
D	Assistência Odontológica		0,00
E	Auxílio creche		0,00
F	Seguro de vida, invalidez e funeral		0,00
G	Auxílio alimentação / cesta básica		0,00
H	Participação nos Lucros		0,00
I	Outros (especificar)		
TOTAL BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			

MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
3	Insumo Diversos	%	Valor (R\$)
A	Uniformes		0,00
B	Materiais		0,00
C	Equipamentos		0,00
D	EPIs		0,00
E	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS			
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		0,00
B	SESI ou SESC		0,00
C	SENAI ou SENAC		0,00
D	INCRA		0,00

E	Salário Educação		0,00
F	FGTS		0,00
G	Seguro acidente do trabalho		0,00
H	SEBRAE		0,00
I	Outros (especificar)		0,00
TOTAL			
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Férias + Adicional			
4.2	13º Salário e Férias + Adicional	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		0,00
B	Férias + Adicional		0,00
Subtotal			0,00
C	Incidência de Encargos previdenciários e FGTS sobre 13º Salário e Adicional de Férias		0,00
TOTAL			
Submódulo 4.3 – Licença Maternidade			
4.3	Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade/Paternidade		0,00
B	Incidência de Encargos previdenciários e FGTS sobre afastamento maternidade/paternidade		0,00
TOTAL			
Submódulo 4.4 – Provisão para Rescisão			
4.4	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		0,00
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência de Encargos previdenciários e FGTS sobre aviso prévio trabalhado		

F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		
TOTAL			
Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4.4	Composição de Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	Substituto para cobertura de Férias		0,00
B	Ausência por doença		0,00
C	Licença maternidade/paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por Acidente de trabalho		
F	Intervalo Intra jornada		
G	Outros (especificar)		
Subtotal			
H	Incidência de Encargos previdenciários e FGTS sobre o Custo de reposição		
TOTAL			

QUADRO – RESUMO – MÓDULO 4 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTA			
4.	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhista	%	Valor (R\$)
4.1	13 ° salário + Adicional de férias		0,00
4.2	Encargos previdenciários e FGTS		0,00
4.3	Afastamento maternidade/paternidade		
4.4	Custo de rescisão		
4.5	Custo de reposição do profissional ausente		
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL			

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
3	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)

A	Custos Indiretos		0,00
B	Tributos		0,00
	B1. Tributos Federais (especificar)		0,00
	PIS		0,00
	COFINS		0,00
	B2. Tributos Estaduais (especificar)		0,00
	B3. Tributos Municipais (especificar)		0,00
	SSQN		0,00
	B4. Outros tributos (especificar)		0,00
C	Lucro		0,00
TOTAL			

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	0,00
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	0,00
Subtotal (A + B + C + D)		0,00
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucros	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

QUADRO-RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS			
Tipo de serviço	Valor proposto por empregado	Quantidade de empregados	Valor total D=(B x C)
A	B	C	D

I – Auxiliar de Limpeza	R\$ 0,00	23	R\$ 0,00
II – Auxiliar de Limpeza + Acúmulo de função (encarregado)	R\$ 0,00	01	R\$ 0,00
VALOR MENSAL DO SERVIÇO			R\$ 0,00

QUADRO - DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
Valor Global da Proposta		
A	Descrição	Valor total (R\$)
I	Auxiliar de Limpeza	
II	Auxiliar de Limpeza + Acúmulo de função (encarregado)	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (anual) (valor mensal do serviço X nº meses do contrato)	

Observações:

*** A Planilha acima será exigida apenas como condição de assinatura do contrato**
- a licitante vencedora deverá apresentar preenchida esta planilha adequada em decorrência do valor final da proposta vencedora, inclusive contendo todos os benefícios definidos no acordo coletivo da categoria / Cadterc.

**** A planilha a seguir é apenas um modelo, a empresa poderá ALTERAR conforme necessidade da empresa OU apresentar em modelo PRÓPRIO, desde que esteja contemplado a memória de cálculo com todos os benefícios.**



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 78DA-2637-9A4F-7F4C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GUSTAVO GOMES SILVA (CPF 429.XXX.XXX-06) em 26/01/2026 21:02:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fema.1doc.com.br/verificacao/78DA-2637-9A4F-7F4C>